

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais
Pós-graduação
Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Cooperação Internacional para a América Central e Caribe:
uma estratégia geopolítica

Marúcia Carvalho Montenegro

Professor Doutor Carlos Pio

Brasília - 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais

Marúcia Carvalho Montenegro

A Cooperação Internacional para a América Central e Caribe:
uma estratégia geopolítica

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais
Pós-graduação
Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Cooperação Internacional para a América Central e Caribe:
uma estratégia geopolítica

Marúcia Carvalho Montenegro

Professor Doutor Carlos Pio

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – **UnB**, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Relações Internacionais

Brasília - 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais
Pós-graduação
Curso de Especialização em Relações Internacionais

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – **UnB**, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Relações Internacionais.

A Cooperação Internacional para a América Central e Caribe: uma estratégia geopolítica

Marúcia Carvalho Montenegro

Aprovado por:

Professor orientador

Professor

Professor

Brasília, 24 de Março de 2008.
DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia aos meus três lindos filhos:
Marat, Maxime e Milán, as três paixões da minha vida,
que vivenciaram comigo o dia-a-dia caribenho.
Espero poder compartilhar mais momentos como
aqueles com vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha avó Olga Crispim Carvalho, meu avô Hilton Carvalho e à minha mãe Denise Carvalho, por terem acreditado e investido na minha capacitação.

RESUMO

A América Central e o Caribe são regiões que compartilham algumas características comuns, como a localização geográfica, altos índices de corrupção, má governança e uma história marcada por crises políticas e guerras civis. As duas regiões também estão experimentando uma fase de reconstrução institucional e maior interação regional a nível político, econômico e social. Os recentes processos de integração regional estão atraindo novas parcerias. A Europa e os Estados Unidos, em especial, estão fomentando novas formas de negociação com as regiões em questão. No entanto, A América Central e o Caribe não estão ainda totalmente fortalecidos, uma correta orientação para o desenvolvimento sustentável se faz essencial. São identificados neste, alguns temas prioritários para a atuação das agências internacionais de cooperação em prol de tais objetivos.

Palavras-chave: 1-Cooperação internacional, 2-América Central, 3-Caribe, 4-governança, 5-União Européia, 6-Estados Unidos.

ABSTRACT

The Caribbean and Central America are two regions that share common characteristics as their geographic location, high levels of corruption, low governance levels and a historic background stained by civil wars and political crisis. Both regions are experiencing a phase of institutional empowerment and of a regional interaction at the political, economic and social levels. The recent integration processes are attracting new partnerships. Europe and the United States are proposing new forms of negotiations to the areas in question. None of the less, the Caribbean and Central America are not yet totally restructured, a correct orientation towards a sustainable development becomes therefore essential. Some of the priorities for achieving these goals are presented in this paper.

Key-words: 1- International cooperation, 2-Central America, 3-The Caribbean, 4-governance, 5-European Union, 6-United States.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os países da America Latina mais apoiados por ONGs européias entre 1995 e 2004.....	12
Tabela 2. Destinação de fundos para o desenvolvimento da América Central e do Caribe (anos 2005 e 2006).....	13
Tabela 3. Contribuições individuais à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.....	27

LISTA DE ANEXOS

Anexo A. Lista do World Factbook da CIA: Produção petrolífera (bbl/dia).....	50
Anexo B. Lista de Membros do Sistema de Integração Centro-Americana – SICA..	52
Anexo C. Lista de Membros da Associação dos Estados do Caribe – AEC (ACS)...	53
Anexo D. Lista de Membros da Comunidade do Caribe – CARICOM.....	54
Anexo E. Lista de Membros da Organização dos Estados Americanos – OEA (OAS).....	56
Anexo F. Lista de Membros da Organização das Nações Unidas – ONU (UN).....	57
Anexo G. População dos Países Membros do Commowealth	64
Anexo H. Lista do World Factbook da CIA: drogas ilícitas e lavagem de dinheiro...	65
Anexo I. Lista do World Factbook da CIA: população abaixo da linha da pobreza...	69
Anexo J. Lista do World Factbook da CIA: Maiores doadores internacionais.....	71
Anexo K. Lista do World Factbook da CIA: países que mais receberam ajuda externa.....	73

LISTA DE ABRVIATURAS E SIGLAS

ACS	<i>Association of Caribbean States</i>
AEC	Associação dos Estados Caribenhos
ACP	África, Caribe e Pacífico
ALC	Acordo de Livre Comércio
ALCA	Acordo de Livre Comércio com as Américas
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
APE	Acordo de Parceria Econômica
CAFTA	Acordo de Livre Comércio EUA-América Central
CARIFORUM	Fórum de diálogo político dos países caribenhos
CARICOM	Comunidade do Caribe
CE	Comunidade Européia
CIUS	Conselho Internacional para a Ciência (CIUS)
COTED	Conselho da CARICOM para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico
CSME	Mercado Comum Econômico da CARICOM
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
IBC	Iniciativa da Bacia do Caribe
NAFTA	Associação de Livre Comércio da América do Norte
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organização Internacional
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PVD	Países em via de desenvolvimento
PVD-ALA	Países em Vias de Desenvolvimento da Ásia e América Latina.
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
UE	União Européia

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
2. Apresentação.....	02
2.1. A região.....	02
2.2. Formas de organização regional.....	04
2.2.1. Integração regional.....	04
2.2.1.1. Sistema de Integração Centro-Americano.....	04
2.2.1.2. Associação dos Estados Caribenhos (ACS-EAC) e Comunidade do Caribe (CARICOM).....	06
2.2.1.3. Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU).....	07
2.2.2. Iniciativas comerciais com a America Central e com o Caribe. 07	
2.2.2.1. Acordos de Parceria Econômica com a Comunidade Européia (APE).....	08
2.2.2.2. ALCA.....	09
2.2.2.3. CAFTA.....	09
2.2.2.4. Iniciativa da Bacia do Caribe (IBC).....	10
3. Fundamentação.....	11
3.1. Países-alvo de cooperação internacional e níveis de pobreza na América Central e no Caribe.....	11
3.2. Mudança de paradigma no cenário da cooperação internacional.....	13
3.3. Mudança no cenário cubano.....	15
4. Diagnóstico: condições atuais e ameaças ao desenvolvimento da America Central e do Caribe.....	16
4.1. Território: vulnerabilidade a desastres naturais.....	16
4.2. População: ondas migratórias.....	17
4.3. Educação e inovação tecnológica.....	18
4.4. Economia e Comércio.....	20
4.5. Governança e questões transnacionais.....	23
5. Cooperação internacional e a política externa para a América Central e Caribe.....	24
5.1. Formas de apoio externo.....	24
5.2. Relações Internacionais e Cooperação Internacional.....	25

5.2.1.	Comunidade e União Européia.....	25
5.2.2.	ONU e Estados Unidos.....	28
5.2.3.	ONGs e OIs.....	30
5.3.	Bases legais das atividades de cooperação.....	31
5.3.1.	Legitimidade das ações de cooperação.....	31
5.3.2.	Instrumentos internacionais.....	31
5.3.3.	Instrumentos regionais.....	33
5.3.4.	Orientações internacionais.....	34
6.	Temas de prioridade para a cooperação internacional na América Central e no Caribe.....	35
6.1.	Objetivos do Milênio.....	36
6.2.	Maximização do impacto dos Objetivos do Milênio na América Central e no Caribe.....	36
6.2.1.	Relação entre comércio e desenvolvimento.....	37
6.2.2.	Integração e cooperação regional.....	38
6.2.3.	Infra-estrutura, transporte e desenvolvimento tecnológico....	38
6.2.4.	Segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.....	39
6.2.5.	Construção institucional: governança, cidadania e inclusão..	40
6.2.6.	Políticas macroeconômicas e acesso igualitário aos serviços sociais.....	41
7.	Situação atual da cooperação internacional para a região da América Central e Caribe.....	43
7.1.	Convergência de estratégias para o desenvolvimento.....	43
7.1.1.	ONU e OEA.....	43
7.1.2.	ONU e UE.....	43
8.	Conclusão.....	44
9.	Referências.....	46
10.	Anexos.....	50

1. Introdução

Este século foi motivado por teorias político-econômicas, a sobrevivência do capitalismo sobre o comunismo no Pós Guerra Fria, orientou a política para o desenvolvimento econômico. As relações econômicas passaram então a motivar as relações políticas. O dinamismo da globalização estimulou a acumulação de recursos e gerou desigualdades. As regiões da América Central e do Caribe, que compõem a parte central do hemisfério americano, possuem condicionantes comuns, como a localização geográfica, geoestratégia, altos índices de corrupção, questões transnacionais e pobreza. Assim, todo fomento ao desenvolvimento das áreas em questão deve levar em consideração as características locais que condicionam tanto a América Central quanto o Caribe à baixa governança e ao subdesenvolvimento.

Apesar das regiões apresentarem problemas similares, são intrinsecamente diferentes. O Caribe em especial, é composto de ex-colônias de países europeus, inclusive, algumas ilhas ainda permanecem tuteladas por potências econômicas como a Europa e os Estados Unidos. A região sempre foi palco de disputas políticas e ideológicas; atualmente representa um mercado que acirra disputas econômicas. Toda essa região foi muito marcada pela Guerra Fria, um fraco desempenho econômico e a constante intervenção externa na área política, afundaram a região na ingovernabilidade e na pobreza. Os países que exercem certa influência sobre a região hoje são praticamente os mesmos ao longo de toda a história local.

As regiões também são diferentes culturalmente. Constata-se uma heterogeneidade no Caribe que contrasta com uma homogeneidade Centro-Americana. A heterogeneidade cultural local *per se* é uma condição desestabilizadora e precisa ser transformada em um potencial. As duas regiões têm recursos potenciais, em especial no que se refere a sua força de trabalho, o comércio e a oferta de serviços. A atividade bancária e a extração de petróleo viabilizaram a acumulação de riquezas, mas a não a sua correta distribuição. A proximidade geográfica com os Estados Unidos oferece tanto oportunidades quanto riscos para a área em análise. Atualmente, as economias mundiais estão conectadas a um ponto, que uma dependência econômica em relação a outro país representa o subdesenvolvimento.

A concentração de vários atores internacionais de peso, como os Estados Unidos e a Europa, em uma pequena região, como a que esta sendo analisada, acaba por exercer uma pressão excedente e gerar incoerências. O resultado é uma fraca institucionalidade, alto nível de corrupção, concentração de atividades de lavagem de

dinheiro e conseqüente formação de narcotráfico. A governança é alcançada pelo fortalecimento institucional e pelo desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional é o instrumento que viabiliza tais objetivos. A crescente conscientização sobre a necessidade de uma melhor governança mundial propulsiona a cooperação internacional, no entanto, a escassez de recursos faz com que a cooperação assuma forma e objetivos distintos.

2. Apresentação

2.1. A região

A América Central é composta de países marcados por um histórico traumático em relações internacionais, entre disputas, momentos de crise política e ditaduras. Na época da Guerra fria, a região foi palco de muita pressão internacional, a corrupção de seus governantes, legitimada pelos Estados Unidos em troca de um alinhamento político possibilitou práticas oportunistas que ao longo dos anos foram se incorporando à cultura local corroendo suas bases políticas e ideológicas. Ainda hoje, a região é vítima da fraca institucionalidade. Após a Guerra Fria, a região deixou de ser tema na mídia internacional, no entanto, em épocas de crise social, volta e meia voltava a ser assimilada pelos atores internacionais.

Os países da América Central, compostos pelo Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, Belize e México, dividem com a Colômbia, a Venezuela, os Estados Unidos e o Caribe, uma área navegável entre o Mar do Caribe e o Golfo do México. Por esse motivo, são geoestrategicamente importantes. Em especial, pode-se apontar para as intensas relações entre os Estados Unidos e o Panamá, ou o México. Os Estados Unidos, por terem fronteira com a América Central e com o Caribe gostam de mantê-los sempre sob observação; já os países da região, que apresentam um PIB reduzido, permitem a “cooperação” Americana.

A região do Caribe é formada de vários pequenos países-ilhas e alguns territórios ultramarinos de estados europeus como: Inglaterra, França e Holanda. Alguns países da América do Sul, como a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa também bordam o Caribe, no entanto, não são peças-chave deste trabalho e são assimilados apenas como atores regionais. O Caribe é predominantemente anglófono e a maioria dos países que o compõe são ex-colônias britânicas. Desde 1981, com o Ato de Nacionalidade Britânica, Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caiman, Monserrat e Turcs e Caicos se tornaram

territórios dependentes do Reino Unido¹. Sob a orientação do Reino Unido também estão outros países independentes da região. Estes optaram por fazer parte do Commonwealth, uma organização internacional que viabiliza a cooperação entre distintos países, baseados em preceitos comuns, identificados pela Declaração de Singapura². As orientações do Commonwealth são: a promoção da democracia, dos direitos humanos, boa governança, multilateralismo, entre outros.

Os países caribenhos, membros do Commonwealth são: Antígua, Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Grenada, Guiana, Jamaica, St. Kitts e Nevis, St. Lucia, St. Vincent e Grenadines e Trinidad e Tobago. Os mais representativos, são a Jamaica e Trinidad e Tobago com uma população de 2.639.000 e 1.313.000, respectivamente. A população Caribenha parte do Commonwealth totaliza 6.135.000 pessoas, de acordo com dados da organização sobre o ano de 2006, o que representa uma organização significativa.

Alguns países do Caribe são governados pela França, no entanto, esta relação não é baseada na cooperação e sim na dependência; as localidades em questão são departamentos ultramarinos, reconhecidos como regiões da república Francesa, assim, não são estados soberanos. A Martinica, Guadalupe, St. Martin (maior parte da ilha) e St. Bartelemy representam os departamentos ultramarinos franceses na região; na América do Sul, a França também possui a Guiana Francesa, território de fronteira com o Brasil. O fato de os territórios ultramarinos serem tratados como os departamentos da metrópole, os permite gozar dos mesmos serviços e bens públicos como a assistência social, saúde e educação; assim como de uma estrutura econômica e comercial que permite que o EURO seja a moeda local. A qualidade do sistema social francês atrai muitos imigrantes ilegais, vindos de ilhas vizinhas para se beneficiarem dos serviços públicos oferecidos nas ilhas francesas. Desde o ano 2000, se evidencia uma superlotação nos hospitais e clínicas no caribe francês dada a constatação de um grande número de imigrantes ilegais.

A Holanda também se insere neste cenário multicultural, no entanto, com menos competência do que os outros dois membros da Comunidade Européia. A comunidade das Antilhas Holandesas, que por direito está sob orientação da Holanda,

¹ UK OFFICE OF PUBLIC SECTOR INFORMATION. **Explanatory Notes to British Overseas Territories Act**. http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2002/en/ukpgaen_20020008_en_1 Acessado em 15 de Janeiro de 2008.

² COMMONWEALTH SECRETARIAT. **Singapore Declaration of Commonwealth Principles 1971**. <http://www.thecommonwealth.org/Templates/Internal.asp?NodeID=32987> Acessado em 08 de dezembro de 2007.

será dissolvida em 15 de dezembro de 2008³. A Holanda tem dificuldade em executar seu domínio sobre a região, dada a composição heterogênea de suas ilhas e relativa distância entre elas. A falta de controle holandês possibilitou que os Estados Unidos exercessem uma dominância de fato sobre as ilhas mais ao norte do Caribe, onde a língua popularmente utilizada é o inglês. Por causa de um contato intenso com a mídia americana, o modo de vestir e as referências dos jovens locais são os americanos, especialmente os grupos de *rap*; aliás, como ocorre com jovens no mundo inteiro. O problema é que alguns destes grupos instigam a violência e o nível de violência no Caribe já é elevado. As áreas mais pobres da região parecem os guetos americanos, com elevada criminalidade e uso de drogas pesadas como o *crack*. A culpa não é dos Americanos e sim da fraca governança.

As ilhas das Antilhas Holandesas são muito distintas e isso condenou a organização e a união das mesmas. Aruba, Curaçao e Bonaire são muito diferentes das demais ilhas holandesas; Aruba, na verdade já é independente. Estas ilhas estão localizadas perto da costa venezuelana, apresentam uma relativa aridez em seus solos e possuem recursos petrolíferos. Estes países conseguiram absorver melhor a cultura holandesa; a população local, além de falar o holandês, fala Papiamento, uma língua créole. Já as outras ilhas são menores, com menos recursos, são mais tropicais e vulneráveis ao ciclo de furacões; mas têm um grande potencial turístico. Em novembro de 2005, uma reunião entre a Holanda, Aruba, as Antilhas Holandesas e seus respectivos representantes definiu a dissolução da Antilhas Holandesas, a autonomia de Curaçao e St. Marteen (parte de domínio holandês) e a assimilação ao Reino da Holanda das ilhas de menor porte: Saba, Bonaire e Sint. Eustatius⁴.

2.2. Formas de organização regional

2.2.1. Integração Regional

2.2.1.1. Sistema de Integração Centro-Americano

Em 1962, os países da América Central escreveram uma carta que instituiu a Organização de Estados Centro-Americanos, também conhecida como ODECA⁵. Tal organização em meados da Guerra Fria não tinha condições de se desenvolver como

³ US DEPARTMENT OF STATE. **Background Note: Netherlands Antilles.** <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/22528.htm> Acessado em 10 de dezembro de 2007.

⁴ US DEPARTMENT OF STATE. **Background Note: Netherlands Antilles.** <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/22528.htm> Acessado em 10 de dezembro de 2007.

⁵ SICA. **SICA en Breve.** http://www.sica.int/sica/sica_breve.aspx?IdEnt=401 Acessado em 10 de dezembro de 2007.

esperado, a pressão política sobre a região era muito intensa dada a recente crise da Baía dos Porcos (1962) em Cuba, os Estados Unidos e a União Soviética. O cenário de instabilidade também afetava a América Central que não soube lidar com o jogo das duas grandes potências da época. O posterior caos político que a região experimentou durante a época das ditaduras afundou a economia local, os efeitos da crise política e econômica foram uma fraca institucionalidade e caos social por muitos anos. Agora, com a crescente conscientização mundial sobre cidadania e direitos, a região começou a se recuperar e busca por isso.

Em 13 de dezembro de 1991, o Protocolo de Tegucigalpa, reformulou a carta da ODECA e criou o Sistema de Integração Centro-Americana, SICA, que entrou em vigor em 1993. Os membros da Comunidade são: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Belize e a República Dominicana, como Estado associado. Um fato interessante é que a SICA tem apenas dois observadores considerados extra-regionais e a China é um deles em conjunto com a Espanha. A China não pertence a nenhuma outra organização na região (exceto da ONU). O grupo de países ACP, que incentiva a cooperação entre países Caribenhos e do Pacífico (e África), engloba apenas os países de menor porte; portanto, a aproximação com a China tem um caráter puramente comercial. O México também compõe o quadro da SICA, mas como observador regional.

Os objetivos da SICA são baseados na construção de uma região de paz, liberdade, democracia e promoção dos Direitos Humanos. Desenvolvimento também compõe o quadro de objetivos. Apesar dos objetivos da SICA serem orientados mais para a promoção da governança local, a organização evoluiu para uma maior interação com os mercados mundiais. Já existem negociações birregionais entre a América Central e os Estados Unidos e a Europa, que serão apresentadas posteriormente.

A integração da América Central é bem desenvolvida; algumas de suas instituições são: o Parlamento, a Corte Centro-Americana, instituições especializadas, instituições *ad-hoc* intergovernamentais e foros setoriais⁶. A integração Centro-Americana é legitimada pela ONU, União Européia e Estados Unidos.

2.2.1.2. Associação dos Estados Caribenhos (ACS-AEC) e Comunidade do Caribe (CARICOM)

⁶ SICA. **Estructura Organizativa**. http://www.sica.int/sica/organizacion_int.aspx?IdEnt=401
Acessado em 10 de dezembro de 2007.

A AEC é composta de 25 estados-membros e 04 estados associados: Aruba, França, as Antilhas Holandesas e Turcs e Caicos⁷. A orientação inicial da organização era a promoção da cooperação entre os países caribenhos; atualmente as estratégias da organização se focalizam em quatro áreas específicas: comércio, transporte, turismo sustentável e desastres naturais⁸. Estas são áreas-chave para a região; especialmente a última, pois a maioria dos países caribenhos está dentro do cinturão dos furacões, que atinge a região anualmente entre agosto e dezembro. A AEC objetiva o desenvolvimento da bacia caribenha primando pela interação regional com foco nos quatro pilares mencionados.

Um passo importante para a integração do Caribe foi a criação da Comunidade do Caribe. Em 1965, o Acordo da Baía de Dickinson criou uma área de livre comércio no Caribe; o nome dado a tal organização foi CARIFTA que inicialmente era composta de membros do Commonwealth. Em 1973, o tratado de Chaguaramas aumentou o escopo do CARIFTA para a Comunidade do Caribe também conhecida como CARICOM⁹. O mercado comum entrou em vigor em 2005. Como na América Central, o tratado de Chaguaramas também prevê a criação de uma corte de justiça caribenha. O nível institucional do Mercado Comum Caribenho também foi bem elaborado e apresenta uma série de conselhos consultivos, como o Conselho da CARICOM para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (COTED), o Conselho de Verificação do Caribe (CXC) e o Mercado Comum Econômico da CARICOM (CSME).

Atualmente, a CARICOM é composta de 15 membros e mais cinco membros associados, todos de origem caribenha. Os observadores da CARICOM são: Aruba, Colômbia, República Dominicana, México, Antilhas Holandesas, Porto Rico (Estados Unidos) e Venezuela. Estas informações são importantes, pois comprovam a miscelânea de culturas e orientações presentes nas duas regiões; em uma área relativamente pequena em termos absolutos, constata-se a presença dos Estados Unidos, Colômbia, Venezuela, China e Espanha como observadores de processos de integração regional; alguns destes países são inimigos declarados.

⁷ ACS Official Site. **About.** <http://www.acs-aec.org/about.htm> Acessado em 19 de dezembro de 2007.

⁸ ACS Official Site. **About.** <http://www.acs-aec.org/about.htm> Acessado em 19 de dezembro de 2007.

⁹ CARICOM Official Site. **Community.** http://www.caricom.org/jsp/community/community_index.jsp?menu=community Acessado em 19 de dezembro de 2007.

2.2.1.3 Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU)

Os países independentes da América Central e do Caribe são membros de instituições internacionais; como países soberanos, optam pelo sistema que mais cabe aos interesses políticos nacionais. Inicialmente, pode-se apontar para OEA como a organização predominante na região, quase todos os países da América Central e do Caribe compõem o quadro de membros da OEA (ANEXO E). Em consequência, as agências específicas da organização mencionada gozam de uma maior liberdade de atuação a nível local, com temas variados que potencializam o desenvolvimento das regiões em questão. A OEA apresenta um portfólio baseado no desenvolvimento sustentável; sua agência para agricultura, IICA, é bastante ativa.

Em seguida, se observa a adesão dos países da América Central e do Caribe à Organização das Nações Unidas. Todos os países-membros da OEA também são membros da ONU, sem exceção. No entanto, a ONU assimila também os países-metrópoles como a França, a Holanda e o Reino Unido. Os Estados Unidos é a única nação de grande-porte que compõe tanto o quadro da OEA como o da ONU. A OEA é uma organização hemisférica e trabalha mais a nível local do que a ONU. No entanto, a ONU se sobressai pelo poderio econômico, legitimidade superior e pela composição de seu quadro de membros, que corresponde aos principais gestores da região da América Central e do Caribe.

2.2.2. Iniciativas comerciais com a América Central e com o Caribe

As iniciativas comerciais aqui apresentadas são acordos que tem como finalidade a abertura de mercados. Tais iniciativas podem ser representadas por acordos de livre-comércio, de parcerias e via sistemas de preferências como propõe frequentemente os Estados Unidos. Tais interações comerciais são defendidas pelos estados que as oferecem como forma de cooperação internacional para o desenvolvimento econômico. Os estados que recebem os “benefícios”, podem reconhecer tais instrumentos como formas de legitimação de práticas de dumping; a questão é que existem benefícios na abertura de mercados, no entanto, tal abertura vale para o dois lados e se faz necessária a correta leitura dos termos de negociação para assegurar o aporte de benefícios.

2.2.2.1. Acordos de Parceria Econômica com a Comunidade

Européia (APE)

As Américas são tradicionalmente áreas de influência norte-americanas. Desde a Doutrina Monroe em 1823, Os Estados Unidos exercem certa dominância sobre a região¹⁰. Com o fortalecimento dos países europeus durante o processo de institucionalização dos ideais de Jean Monet para a Europa, esta passou a atuar no cenário internacional de uma forma pontual. Gradualmente, a presença européia em regiões em desenvolvimento foi legitimada pela criação de um grupo de países conhecido como ACP. Tal grupo, que assimila a África, o Caribe e o Pacífico, foi legitimado por uma série de acordos que passaram dos iniciais Yaoundé, em 1963, aos de Cotonou no ano 2000¹¹.

Com a entrada da Espanha e de Portugal na Comunidade Européia em 1986 e crescente pressão internacional por uma maior abrangência do escopo da parceria EU-ACP, houve uma reorientação da Europa em relação à estratégia da ACP que permitiu a assimilação dos países em desenvolvimento, inclusive os das Américas. Existe um escritório em Bruxelas para os países ACP e a participação dos europeus na região se faz cada vez mais forte; localmente existem instituições de apoio à parceria.

Os acordos de Cotonou estipularam a promoção de negociações bilaterais entre os países ACP e a Europa. Os instrumentos utilizados atualmente pelos europeus para tal finalidade são os Acordos de Parceria Econômica, ou APEs. Apesar da cooperação européia ao desenvolvimento ser muito ativa e presente a nível mundial, as negociações comerciais têm outro âmbito e podem representar um perigo em potencial para as economias dos PVDs¹². Algumas cláusulas dos APEs são temas de discussão e foram levadas a debates na OMC. Apesar dos APEs facilitarem o acesso dos produtos de PVDs aos mercados, são acordos de livre-comércio e como tal, potencializam um aumento no fluxo das importações e a competição interna com setores nacionais.

2.2.2.2. ALCA

Dada a proximidade geográfica, os Estados Unidos representam um grande parceiro comercial para a América Central e o Caribe. Os norte-americanos vêm

¹⁰ US DEPARTMENT OF STATE. **Monroe Doctrine 1823.**

<http://www.state.gov/r/pa/ho/time/jd/16321.htm> Acessado em 04 de Março de 2008.

¹¹ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006.** CEFICALE.ORG.

¹² PVDs significa países em vias de desenvolvimento.

tentando abrir mercados sejam eles regionais ou globais e fomentando acordos comerciais preferenciais com PVDs. Existem vários tipos de negociações comerciais utilizadas pelo governo americano, tradicionalmente, os acordos com a América Central e com o Caribe. Pode-se mencionar como exemplo a ALCA-FTAA e o CAFTA, Acordo de Livre Comercio EUA-América Central.

A ALCA é o Acordo de Livre Comercio com as Américas. Para os Americanos, representa a expansão do NAFTA, Associação de Livre Comércio da América do Norte para outros 34 países nas Américas. A idéia inicial era a criação de um grande mercado hemisférico composto de cerca de 800 milhões de pessoas¹³. No entanto, a ALCA encontrou oponentes, especialmente nos países Latino-Americanos e foi gradualmente perdendo vitalidade. Cientes de que as negociações em torno da ALCA poderiam demorar, os americanos passaram a promover acordos bilaterais e birregionais com a América Central e Caribe, como o CAFTA e a IBC, que veremos a seguir. Uma possibilidade de revitalização da ALCA seria a expansão da Iniciativa da Bacia da Caribe (IBC) para o acordo em questão.

2.2.2.3. CAFTA

O CAFTA, Acordo de Livre Comércio EUA-América Central foi assinado entre o Representante de Comércio dos Estados Unidos e respectivos Representantes de El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua em 28 de maio de 2004¹⁴. O acordo tem a função de eliminar tarifas e barreiras comerciais e ampliar as oportunidades regionais. O Acordo assimila negociações em torno dos setores da agricultura, telecomunicações, serviços, propriedade intelectual, meio-ambiente e outros. O CAFTA representa na verdade, a abertura da região da América Central para empresas norte-americanas em troca de uma maior abertura de mercado e vantagens fiscais. Em 2004, Os Estados Unidos, por um acordo paralelo trouxe a República Dominicana para o CAFTA o oficializando US-DR-CAFTA¹⁵.

¹³ BILATERALS.ORG. FTAA. http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=16 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

¹⁴ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Acordo de Livre Comércio EUA-América Central é Assinado.** Programas Internacionais de Informação. 28 de Maio de 2004. <http://livrecomercio.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=622> Acessado em 15 de fevereiro de 2008

¹⁵ BILATERALS.ORG. **US-DR-CAFTA.** http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=13 Acessado em 22 de Fevereiro de 2008.

Os Estados Unidos também promovem Acordos de Livre Comercio bilaterais, conhecidos por ALCs. Os acordos bilaterais estão em voga nesta década; os americanos vêm difundindo tal forma de negociação e a Europa, que de uma atuação predominantemente multilateral passou a defender os APes, Acordo de Parceria Econômica. Os Estados Unidos reconhecem na inovação de práticas comerciais, oportunidades de conseguirem as melhores negociações. Na América Central, o México, Belize, Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá e República Dominicana têm ALCs com os Estados Unidos.

2.2.2.4. Iniciativa da Bacia do Caribe (IBC)

Em relação à região do Caribe, os Estados Unidos tem utilizado seu sistema de preferências generalizadas que está em vigor desde 1976¹⁶. A iniciativa elaborada para a região é conhecida como IBC, Iniciativa da Bacia do Caribe e representa um conjunto de programas comerciais com 19 países da região. O objetivo da iniciativa, de acordo com os Estados Unidos, é “facilitar o desenvolvimento econômico e a diversificação das exportações das economias da bacia caribenha”¹⁷. Lançada em 1983, a IBC terá fim em 30 de Setembro de 2008, quando talvez a ALCA entre em vigor assumindo as negociações comerciais entre a região e os Estados Unidos¹⁸. Os países que atualmente se beneficiam da Iniciativa da Bacia do Caribe estão a seguir: Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Ilhas Virgens Britânicas, Costa Rica, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Antilhas Holandesa, Panamá, St. Kitts e Nevis, St. Lucia, St. Vincent e Grenadinas, Trinidad e Tobago¹⁹.

De acordo com Cedric Grant em seu artigo “US Caribbean Relations” para a “Foreign Policy” em julho de 2000, a IBC foi criada pelo Presidente Reagan para contrapor a influência do comunismo na região²⁰. Mais recentemente, a iniciativa tem viabilizado a entrada de empresas americanas na região, interessadas nas reservas de

¹⁶ OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **System of Generalized Preferences**. http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

¹⁷ OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Caribbean Basin Initiative**. http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

¹⁸ BILATERALS ORG. FTAA. http://www.bilaterals.org/rubrique.php?id_rubrique=16 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

¹⁹ OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Caribbean Basin Initiative**. http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

²⁰ GRANT, Cedric. **U.S.-Caribbean Relations**. In Focus, Foreign Policy. Volume 5 number 19. July 2000.

petróleo e bauxita. A ironia é que o setor manufatureiro caribenho está excluído das negociações por causa da forte pressão dos sindicatos americanos; questões sobre outros produtos também foram alvo de discussão, como o caso da exportação de açúcar e banana para a nação norte-americana.

3. Fundamentação

3.1. Países-alvo de cooperação internacional e níveis de pobreza na América Central e no Caribe

De acordo com um estudo elaborado por Kees Biekart (2005) intitulado “Políticas de las ONGs Europeas para América Latina: Tendencias y perspectivas recientes”, 12 países se destacam como preferidos pelas agências européias privadas de cooperação. Ao se filtrar a pesquisa para assimilar apenas os países da região em análise, pode-se identificar como prioritários, os seguintes países: Haiti e Cuba na região do Caribe e El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Honduras na América Central.

Outra constatação do estudo foi que cinco países se destacam mais do que os outros e são beneficiados por 80% da distribuição dos fundos privados europeus. O Peru seria o primeiro da lista, mas não pertence à região em análise; em seguida vem a Guatemala, a Bolívia (não compõe a região), a Nicarágua, El Salvador e Honduras. Dos seis países mencionados, quatro estão localizados na América Central. Deve-se levar em consideração também que a cooperação tem diferentes formas e a lista de prioridades não é estática, ela varia de acordo com a percepção dos atores internacionais; tal percepção também pode ser incentivada pela ocorrência de algum desastre natural.

De acordo com o estudo de Biekart (2005), portanto, os países da América Central encabeçam a lista dos países assimilados como prioritários, inclusive em relação aos países caribenhos. A diferença é explicada pelo fato de que o Caribe ainda é gerido, em parte, por potências européias. Outro motivo é que muitos deles desenvolveram atividades ligadas ao sistema bancário e ao turismo, fontes quase inesgotáveis de renda; outros estados mais ao sul do Caribe possuem reservas petrolíferas. A América Central, apesar de também ser muito rica em nível de paisagens sofre mais com a pobreza do que os países caribenhos. A área em questão, não conseguiu inovar suas atividades comerciais o que gerou altos índices de desigualdade.

Em consequência da falta de empreendedorismo e de vontade política, a porcentagem da população na América Central abaixo da linha da pobreza é mais alta do que a da região do Caribe. Pode-se tomar como fato as seguintes porcentagens de população abaixo da linha de pobreza: Bahamas = 9.3% (2004), Jamaica = 14.8% (2003), Bermuda = 19% (2000) e Haiti = 80% (estimativa em plena crise, 2003). As porcentagens relativas aos países da América Central são impressionantes: Belize = 33.5% (2002), El Salvador = 30.7% (2006), Guatemala = 56.2% (2004), Honduras = 50.7% (2004), Nicarágua = 48% (2005) e Panamá = 37% (1999)²¹. De acordo com Pochmann e Fagnani (2006), a pobreza aumentou na América Latina e no Caribe²².

De acordo com Biekart (2005), na última década havia sempre uma agência europeia nos países da América Central e Caribe. No entanto, houve uma leve diminuição no número de países caribenhos beneficiados pela presença de tais agências, mais especificamente de 10 a 8 países²³. A tabela a seguir apresenta os países mais apoiados por ONGs europeias entre 1995 e 2004.

Tabela 1. Os países da América Latina mais apoiados por ONGs europeias entre 1995-2004

Países	1995	2000	2004	Média	% agências
Peru	17	17	16	16,7	93%
Guatemala	16	16	16	16	89%
Bolivia	16	16	15	15,7	87%
Nicaragua	16	16	14	15,3	85%
El Salvador	16	16	12	14,7	82%
Honduras	14	15	15	14,7	82%
Colombia	14	13	13	13,3	74%
Haití	14	13	12	13	72%
Brasil	13	12	12	12,3	68%
Chile	14	12	7	11	61%

²¹ CIA. **Field Listing: population below the poverty line.** World Factbook. <http://www.cia.gov.us>. Acessado em 08 de Março de 2008.

²² POCHMANN, Marcio e Fagnani, Eduardo. **Apresentação da Carta Social e do Trabalho.** CESIT UNICAMP. N.4. Maio a Agosto de 2006.

²³ BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes.** Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Bajos. Abril 2005.

Equador	11	11	10	10,7	59%
Cuba	7	11	11	9,7	54%

Fonte: BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes**. Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Baixos. Abril 2005.

3.2. Mudança de paradigma no cenário da cooperação internacional

Foi comprovada uma gradual redução do número de agências de cooperação ou assistência internacional na América Central e no Caribe. Os países da região são heterogêneos e apresentam distintos níveis de desenvolvimento. De acordo com Bierkart (2005), El Salvador deixou de ser reconhecido como prioridade para a atuação das ONGs europeias. Nicarágua e Honduras mantiveram a posição por causa dos elevados níveis de pobreza. O México passou a ser percebido como lócus de atenção internacional por causa do aumento da criminalidade, migração e corrupção. Especialmente por causa da questão dos Chiapas e da adesão do México ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte. A Guatemala, apesar de ter melhorado o nível de vida local, continua a ser alvo da atuação internacional; sua população indígena sofre violações de Direitos Humanos.

Os países que mais receberam apoio internacional de acordo com a Agência Oficial de Desenvolvimento foram os da América Central. Os montantes repassados para a região também foram mais importantes do que os montantes repassados para a região do Caribe; os números estão a seguir:

Tabela 2. Destinação de fundos para o desenvolvimento da América Central e do Caribe (anos 2005 e 2006)

País	Ano	Montante
Honduras	2005	\$ 680.8 mi USD
Haiti	2005	\$ 515 mi USD
Nicaragua	2006	\$ 471 mi USD
El Salvador	2005	\$ 267.6 mi USD
Guatemala	2005	\$ 253.6 mi USD
Guiana	2005	\$ 253 mi USD
Cuba	2005	\$ 87.8 mi USD
Republica Dom.	2005	\$ 76.99 mi USD
Grenada	2005	\$ 44.87 mi USD

Costa Rica	2005	\$ 29.51 mi USD
------------	------	-----------------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CIA World Factbook

O fator essencial para tal redução no número de operações internacionais nas regiões em análise é o relativo crescimento econômico; os países da região, reconhecidos como países de média-renda, deixaram de ser o centro das atenções dos países provedores de cooperação internacional. Em casos emergenciais, como a do Haiti em 2005, as agências internacionais cooperam via assistência humanitária, no entanto, a prioridade das agências internacionais na área de assistência humanitária, em especial, também passou a ser a África Subsaariana.

De acordo com Biekart (2005), há uma “lista de eliminação progressiva” de atuação da comunidade internacional de cooperação. O autor aponta para o Chile como exemplo de um país que tem gradativamente recebido menos atenção em termos de cooperação internacional, dado seu positivo desempenho econômico e social. Ele apresenta a informação de que entre 1995 e 2004 metade das agências européias retirou seus programas dos países Centro-Americanos. Isto foi fato no Uruguai, na Argentina, Venezuela, Costa Rica, Panamá, Jamaica e República Dominicana²⁴.

No entanto, as regiões em análise sofrem de uma crescente perda de credibilidade, melhor expressada pelo termo em inglês “Accountability”. Tal aspecto é reconhecido pelo Banco Mundial como um dos fatores que define o grau de governança, assim como legitimidade, índices de corrupção e capacidade legislativa e reguladora dos estados. O desinteresse pelas regiões em análise, a não ser pelas crises políticas dos anos 80, condenou acentuou a corrupção e permitiu uma maior circulação de ilícitos. Além das questões transnacionais como o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, a região também é palco de questões contra os direitos humanos, em especial, contra os direitos das populações indígenas locais.

Outro fator que tem forçado uma redução no número de ações de cooperação técnica para a região da América Central e do Caribe é uma maior pressão sobre a eficácia das atuações internacionais. Tanto os atores quanto o desempenho da cooperação internacional passaram a ser mais controlados. No Brasil, todas as ações

²⁴ BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes**. Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Paises Bajos. Abril 2005.

de cooperação internacional são acompanhadas de perto pela ABC, Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Ministério das Relações Exteriores.

Houve uma melhora na metodologia de gestão dos projetos e programas implantados; estes são mais frequentemente avaliados. A voga das metodologias de gestão é analisar a sustentabilidade, o desempenho e o impacto dos projetos. Com tamanha pressão sobre os executores de ações internacionais, muitas organizações se viram obrigadas a uma reestruturação ou reavaliação de prioridades. Assim, para conseguirem mais resultados, as agências foram reduzindo o escopo de suas atividades e se tornando mais especializadas. Como evidência, pode-se tomar a informação de que muitas ONGs européias tiveram de abandonar as bases em países de renda-média como reorientação estratégica²⁵.

Apesar de tais contrapontos, a crescente percepção do fraco desempenho da região, baixa produtividade e deterioração do nível de vida da população local, recrudescer a opinião internacional. A região do Caribe e mais ainda a da América Central não são as prioridades para a cooperação internacional, mas continuam a ser áreas de fomento de atuações específicas, como para o setor da agricultura, questões de gênero, entre outros.

3.3. Mudança no cenário cubano

Um país que está no contra-fluxo das tendências apresentadas é Cuba. Que apesar de não ser um país miserável atrai um número crescente de agências internacionais trabalhando em prol do desenvolvimento. A saída de Fidel Castro da presidência marca a história de Cuba e representa um *turning point* na geoestratégia regional. O novo governo tentará manter as orientações políticas de Castro, no entanto, não tem a mesma presença e portanto menos capacidade de orientar a opinião pública local. Foi evidenciado um gradual aumento no número de agências internacionais em Cuba, trabalhando especialmente na área de Direitos Humanos, parece uma ironia, mas tal abertura foi feita por Castro e em favor de agências européias. Um melhora nas relações diplomáticas entre Cuba e a Europa proporcionou condições favoráveis à cooperação européia. A ilha de Castro tem três riquezas caribenhas: potencial humano, por causa da qualidade do sistema

²⁵ BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes**. Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Bajos. Abril 2005.

educacional; potencial energético, pois Cuba extrai cerca de 70% do total de petróleo que a França extrai e por fim, Cuba tem um potencial turístico importante.

4. Diagnóstico: condições atuais e ameaças ao desenvolvimento da América Central e do Caribe

4.1. Território: vulnerabilidade a desastres naturais

A maioria das ilhas na região do Caribe está dentro da trajetória dos furacões que atacam a região anualmente entre agosto e dezembro. O conhecido cinturão dos furacões passa mais comumente ao longo do Caribe superior atingindo países como a Jamaica, República Dominicana, St. Martin, Bahamas e outros. Alguns furacões também podem atingir a América Central, como o devastador Mitch em 1998, o Alberto que atingiu Cancun em 2006 e o furacão Felix que atingiu Honduras e a Nicarágua em 2007²⁶. A região também é muito vulnerável a enchentes e terremotos. A Cruz Vermelha Caribenha apresentou em um estudo comprovando que tanto o número quanto a intensidade dos furacões têm aumentado desde meados dos anos 90²⁷. Entre 1963 e 2005 a República Dominicana foi palco de vários desastres naturais: Furacões Flora, Inês, Beulah, Davi e Federico, Georges, Jeanne e as enchentes Jimani. Os desastres naturais afetam não somente a infra-estrutura da região como também a sustentabilidade financeira quando a percepção do risco elevado inibe o investimento.

Antigamente, a prioridade das agências internacionais de cooperação era a assistência humanitária, atualmente, fomentos ao desenvolvimento sustentável são incorporados a tais ações, houve uma gradual percepção da importância da continuidade da assistência humanitária via práticas de fortalecimento do tecido social pós-desastres. Uma inovação importante no âmbito da assistência humanitária foi a mitigação dos efeitos dos desastres naturais, houve uma maior preocupação com a preparação das comunidades para a ocorrência dos fenômenos naturais. Em especial pode-se mencionar a valorização do tema de degradação ambiental, sendo que muitas vítimas de desastres naturais foram identificadas como mais vulneráveis por estarem

²⁶ CARIBBEAN RED CROSS. **Hurricane seasons.**

<http://www.caribbeanredcross.org/emergency/hurricane/06.htm> Acessado em 20 de dezembro de 2007.

²⁷ ZAPATA-MARTI, Ricardo. **Economic and Social Cost Estimate of Natural Disasters for Developing Countries.** ACS High-Level Conference on Disaster Reduction. Haiti, November 14th – 16th 2007. Conference Documents. ACS Official Site.

http://www.acs-aec.org/Disasters/CANREDES/Documents_EN.htm Acessado em 16 de Março de 2008.

localizadas em áreas urbanas degradadas. As comunidades que mais sofrem com tais ocorrências são as localizadas em encostas, situação muito comum no Caribe, já que a topografia das ilhas é muito acidentada. Entre os dias 14 e 16 de novembro de 2007 ocorreu no Haiti, a Primeira Conferência de Alto-Nível sobre Redução de Desastres com as delegações de 28 países e organizações internacionais. Desta Conferência surgiu um plano de ação para orientar os países da região do Caribe entre 2007 e 2012²⁸.

4.2.População: ondas migratórias

As migrações são freqüentes na América Central e no Caribe. Um dos fatores que incentiva a migração é a ocorrência dos desastres naturais. Com suas casas, escolas e hospitais destruídos, a solução encontrada pelos moradores é uma readaptação em um lugar mais seguro. Outro fluxo de migração importante na América Central e no Caribe é em direção a América do Norte. Já é fato divulgado pela mídia internacional as tentativas diárias de pessoas tentando ultrapassar ilegalmente a fronteira do México com os Estados Unidos. Todos os países da América Central e do Caribe têm sido utilizados como corredores de migração por pessoas provenientes de todas as partes do mundo.

Os fatores que mais incentivam o êxodo centro-americano e o caribenho são os elevados níveis de pobreza, de ingovernabilidade e de violência. Os baixos índices de governança e altos índices de corrupção atraem atores do submundo, tal fato aumenta a instabilidade social e política. Houve uma época, entre 1980 e 1995, que o êxodo da região foi incentivado pelas guerras civis na América Central. Os Europeus viabilizaram linhas de financiamento para ajudar os refugiados guatemaltecos no México²⁹. Em junho de 2000, foi a vez dos Estados Unidos ajudarem Trinidad e Tobago a sincronizar as ações em relação aos problemas de seus deportados.³⁰

As ondas migratórias debilitam a capacidade da força de trabalho local. Em tempos de paz, as pessoas migram pela falta de oportunidade econômica e social em seus locais de origem. Entre 1991 e 2000 quase 1% da população Jamaicana emigrou

²⁸ ACS Official Site. **ACS High-Level Conference on Disaster Reduction**. Haiti, November 14th – 16th 2007. Conference Documents. <http://www.acs-aec.org/disasters.htm> Acessado em 16 de Março de 2008.

²⁹ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

³⁰ GRANT, Cedric. **U.S.-Caribbean Relations**. In Focus, Foreign Policy. Volume 5 number 19. July 2000.

para locais que ofereciam melhores oportunidades de desenvolvimento³¹. Cerca de 11 a 15% destes migrantes tinham especializações ou competências no setor de ciência e tecnologia, o que se indica como uma tendência migratória de um grupo mais qualificado sem expectativas de desenvolvimento profissional. No mês de maio do ano seguinte, mais de 800 professores da região foram solicitados pelo Estado de Nova Iorque (Estados Unidos) para incorporarem o sistema educacional do Estado³². Tal fenômeno conhecido como “fuga de cérebros” é cotidiano na região do Caribe e reflete o fraco investimento em inovação.

4.3. Educação e inovação tecnológica

A “fuga de cérebros” tem prejudicado os institutos de pesquisa da região. Na verdade, o sistema educacional local é muito heterogêneo. A qualidade da educação na América Central e no Caribe depende inicialmente da qualidade do ensino nos países que regiam as regiões e do investimento alocado. Sabe-se que as melhores escolas caribenhas são as dos departamentos franceses, onde o nível educacional corresponde ao das escolas na França metropolitana. Os territórios ingleses também têm um sistema educacional adequado, no entanto, a qualidade da educação nos países que fazem parte do Commonwealth é bastante diversificada.

Não se pode padronizar todas as escolas da região, a democracia, baseada na meritocracia, permite que uma parcela da população não tenha acesso a certos serviços, que quando oferecidos pelo estado podem não apresentar qualidade suficiente. Pode-se derivar o nível do sistema educacional dos índices de pobreza de cada país; na maioria das vezes, a não ser por consequência de ideologias políticas, os países com menos recursos também tendem a investir menos em educação.

Os países pertencentes às Antilhas Holandesas, apesar de condicionados a um protetorado, são muito distintos entre si e vulneráveis à fraqueza da entidade que os orienta. As condições das escolas no grupo observado são distintas e dependem mais do grau de desenvolvimento de cada ilha do que de laços culturais. No entanto, a negociação que marcou a extinção das Antilhas Holandesas em 2008³³, antevê que

³¹ RAMKISSOON, Harold and Kahwa, Ishenkumba A. **Les Pays de la CARICOM**. Rapport de L'UNESCO sur la science 2006.

³² RAMKISSOON, Harold and Kahwa, Ishenkumba A. **Les Pays de la CARICOM**. Rapport de L'UNESCO sur la science 2006.

³³ US DEPARTMENT OF STATE. **Background Note: Netherlands Antilles**. <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/22528.htm> Acessado em 10 de dezembro de 2007.

Saba, Bonais e Sint. Eustatius terão sistemas educacionais adequados para os padrões regionais, mas não corresponderão aos padrões europeus. O que afeta a qualidade dos sistemas educacionais da região do Caribe e da América Central, de um modo geral, é a falta de investimento, a incapacidade de manter um pessoal capacitado, assim como de viabilizar a inovação do setor.

A Educação superior na Região do Caribe é inferior a da América Central onde a rede universitária é extensa. Alguns países como o México, a Costa Rica e a Guatemala possuem varias instituições de ensino superior. No Caribe, as universidades estão localizadas nas ilhas de maior-porte, no entanto, o nível do ensino ainda não é adequado às necessidades da região. Viabilizada pela CARICOM, a Universidade das Índias Ocidentais (UWI) serve como modelo regional de instituição de ensino superior. A UWI tem três *campi* em ilhas distintas e recebe alunos de todas as ilhas da região, os *campi* são: Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago. Atualmente, as universidades da região estão buscando cooperar e convergir curricularmente, fomentando uma rede de linhas de pesquisas especialmente nas áreas científicas. Um apoio especial a este esforço foi dado pela UNESCO que, em parceria com a UWI esta fomentando intercâmbios estudantis e a elaboração de cursos em ciências. A iniciativa se chama CARSCIENCE³⁴.

No entanto, os recursos ainda são escassos para um investimento mínimo necessário a um ensino superior de qualidade. Também se faz necessário o investimento em pesquisas, aquisição de material e de melhores estruturas. Além de estruturas inadequadas, os professores e pesquisadores locais são submetidos a uma grade de aulas intensa, o que lhes permite ter pouco tempo disponível para pesquisas. A maioria dos professores locais ministra matérias que não correspondem às suas especialidades, o que provoca uma utilidade marginal negativa. A Universidade da Guiana, que borda o Caribe, tem 33 empregados em tempo integral e apenas seis com Doutorado; apenas cinco comunicações internacionais foram registradas ao longo do ano letivo de 2005³⁵, o que comprova o baixo índice de atividades de pesquisas na região.

A inovação tecnológica é uma consequência do investimento em pesquisas e em intitutos de formação superior. Portanto, se as universidades têm sido pouco

³⁴ RAMKISSOON, Harold and Kahwa, Ishenkumba A. **Les Pays de la CARICOM**. Rapport de L'UNESCO sur la science 2006.

³⁵ RAMKISSOON, Harold and Kahwa, Ishenkumba A. **Les Pays de la CARICOM**. Rapport de L'UNESCO sur la science 2006.

incentivadas, a probabilidade de um salto tecnológico na América Central e no Caribe ainda é remota. Apesar de haver algumas exceções, como a experiência da Universidade das Índias Ocidentais e de outras universidades no México e na Costa Rica, as instituições de pesquisa não conseguiram ainda desenvolver mecanismos criativos que incentive os expatriados a retornar e a trabalhar em suas localidades de origem³⁶. No entanto, a inovação tecnológica está em potencial, por causa de um crescente investimento em ciência e tecnologia, assim como pela força de trabalho local, que em muitas ilhas é considerada qualificada.

4.4. Economia e Comércio

Os acordos comerciais para a região como ALCA, CAFTA e APes tem a função de eliminar tarifas e barreiras comerciais e ampliar as oportunidades regionais. No entanto, têm encontrado fervorosos opositores. Para os Estados Unidos, a ALCA e o CAFTA representam a entrada de uma cesta maior de produtos Centro-americanos a preços mais lucrativos para os produtores estrangeiros. Antes do novo acordo, os países da região desfrutavam de um acesso isento de 75% de seus produtos de exportação. O CAFTA eliminou imposto sobre mais de 80%³⁷ das exportações centro-americanas. No entanto, para a América Central, o efeito do CAFTA tem sido o “... aumento das importações, redução das exportações, nada de investimentos e impostos à vista.”³⁸

A questão está em torno dos setores protegidos pelos sindicatos americanos, como o avícola, o têxtil e o açucareiro. De acordo com Umberto Mazzei, Diretor do Instituto de Relações Econômicas Internacionais de Genebra, o CAFTA permite um “dumping” do setor aviário americano na Guatemala e protege outros setores da economia americana. Ou seja, as negociações comerciais parecem agir de forma unilateral.

A reclamação em relação ao aumento da importação de produtos americanos tem fundamentos, de acordo com o Departamento de Estado Americano, as

³⁶ RAMKISSOON, Harold and Kahwa, Ishenkumba A. **Les Pays de la CARICOM**. Rapport de L'UNESCO sur la science 2006.

³⁷ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Acordo de Livre Comércio EUA-América Central é Assinado**. Programas Internacionais de Informação. 28 de Maio de 2004. <http://livrecomercio.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=622> Acessado em 15 de fevereiro de 2008.

³⁸ MAZZEI, Umberto. **Guatemala: dos meses de CAFTA**. IRCAmericas. <http://www.ircamericas.org/esp/3615>. <http://www.bilaterals.org/> Acessado em 20 de Fevereiro de 2008.

exportações dos EUA para os países do CAFTA cresceram mais de 70% desde 1996, totalizando no ano de 2003, um montante de \$ 10,9 bilhões USD³⁹. Como constatado pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, “... com o acréscimo da República Dominicana, o CAFTA é o segundo maior mercado exportador dos EUA na América Latina, atrás somente do México, comprando mais de US\$ 15 bilhões em exportações norte-americanas⁴⁰.”

A outra forma de negociação comercial americana é a assinatura de acordos bilaterais, também conhecidos como ALCs. O maior parceiro americano na América Central é o Panamá, em 2003, a negociação entre os dois totalizava \$ 2.1 bilhões de Dólares americanos. A questão é que deste total, \$ 1.8 bilhões USD correspondiam somente às exportações americanas⁴¹. O influxo de produtos americanos no Panamá é tão importante que quase metade de toda a importação Panamenha é proveniente dos Estados Unidos.

A possibilidade de retomada de negociações em torno da ALCA com a região do Caribe por causa da extinção da Iniciativa da Bacia do Caribe gera discussões. Os países caribenhos observam de perto a positiva experiência do ALC entre a República Dominicana e a CARICOM, que permite uma negociação livre de impostos para 85% das duas cestas de exportação⁴². O Caribe tem receios em relação à transição dada à experiência de seus vizinhos centro-americanos, no entanto, um novo acordo deve ser assinado e deve seguir a linha habitual de negociação americana.

As negociações das duas regiões com a Europa também são temas de discussão e crítica. A insegurança é quanto à entrada de produtos europeus no mercado centro-americano e no caribenho. Existem críticas também em relação ao comprometimento europeu em termos de ajuda financeira. Outra questão compreendida como inadequada em relação aos APÉs é a cláusula que amarra os países signatários a oferecerem as mesmas condições à Europa, de negociações com países de médio e

³⁹ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Acordo de Livre Comércio EUA-América Central é Assinado**. Programas Internacionais de Informação. 28 de Maio de 2004. <http://livrecomercio.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=622> Acessado em 15 de fevereiro de 2008.

⁴⁰ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Acordo de Livre Comércio EUA-América Central é Assinado**. Programas Internacionais de Informação. 28 de Maio de 2004. <http://livrecomercio.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=622> Acessado em 15 de fevereiro de 2008.

⁴¹ OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Panama Free Trade Agreement**. http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

⁴² BILATERALS ORG. FTAA. http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=16 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

grande–porte à Europa⁴³. Isto implica que a Europa se beneficiará dos menores preços oferecidos por seus parceiros econômicos, mesmo quando negociados com países de renda-media, o que poderia afetar o fluxo de negociações sul-sul⁴⁴.

A APE do Caribe possibilita a entrada de quase todos produtos de exportação de países ACP no mercado europeu, no entanto, arroz e açúcar estão excluídos⁴⁵; os países da América Central e Caribe têm um forte potencial na produção de açúcar como fonte de energia alternativa. Em 2007, a União Européia dissolveu o protocolo de açúcar vigente que dava tratamento preferencial às suas ex-colônias, o que gerou uma agitação na economia caribenha. Neste cenário de desconfiança, cerca de 35 países ACP assinaram com a União Européia acordos nos quais comprometiam apenas alguns produtos ou setores de suas economias, o Caribe, no entanto, concordou com a parceria plena.⁴⁶

A CARICOM está preparando a entrada do Caribe em um Mercado Comum Econômico (CSME), no entanto ainda falta uma certa compreensão dos atores locais em relação a abrangência e conseqüências da adesão à uma união econômica e monetária. Inicialmente os chefes de governo, membros da CARICOM decidiram fomentar a CSME enquanto fortalecem as bases institucionais na região, para que o Mercado Comum Econômico do Caribe funcione, se faz necessário aumentar o nível da governança regional⁴⁷.

4.5. Governança e questões transnacionais

Depois da Guerra fria houve uma mudança no escopo da segurança nacional americana, da ameaça comunista, passou a dos ilícitos e imigração a regimes preferenciais e atualmente às ameaças terroristas. Esta última, de uma forma, também esta relacionada com o tráfico de drogas. Como disse Bertrand Badie, em seu curso,

⁴³ BILATERALS ORG. **EU ACP – APEs**. http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=17 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

⁴⁴ JULIAN, Melissa. **Mise à Jour sur les Négotiations APE**. Éclairage ECPDM. Decembre 2004. www.ictsd.org/africodev/analyse/integration/TNI_FR_3-5julian.pdf Acessado em 10 de dezembro de 2007.

⁴⁵ JULIAN, Melissa. **Mise à Jour sur les Négotiations APE**. Éclairage ECPDM. Decembre 2004. www.ictsd.org/africodev/analyse/integration/TNI_FR_3-5julian.pdf Acessado em 10 de dezembro de 2007.

⁴⁶ BILATERALS ORG. **EU ACP – APEs**. http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=17 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

⁴⁷ GIRVAN, Norman. **Towards a Single Development Vision and the Role of the Single Economy**. University of the West Indies. Approved by the Twenty-Eighth Meeting of thr Conference of Heads of Government of the Caribbean Community (CARICOM) Needham’s Point, Barbados. 1-4 July, 2007.

“Espace Mondiale⁴⁸”, a globalização intensificou os fluxos transnacionais no que concerne o comercial, o cultural, as migrações e os ilícitos. Quando o estado diminui o controle sobre tais fluxos, permite o surgimento de comportamentos oportunistas, como a corrupção, lavagem de dinheiro e etc.

A CIA em seu World Factbook lista os países que mais contribuem com o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro (ANEXO H) e o tipo que transação recorrente *in loco*. De acordo com o documento, os países da América Central são os que apresentam mais problemas, pois além de servirem como ponto de distribuição da cocaína proveniente da América do Sul, são os países produtores. A Guatemala produz maconha e heroína, outros como Honduras, têm problemas de tráfico de armas em troca de drogas. O México, de acordo com a CIA, é um dos países que mais produz droga no mundo e cerca de 90% do movimento anual de cocaína que entra nos Estados Unidos passa pelo México.

Em 15 de Setembro de 2006, o Presidente Bush identificou os países que mais produzem ou permitem o tráfico de drogas ilícitas no mundo, estes são: Afeganistão, Bahamas, Bolívia, Brasil, Bermudas, Colômbia, República Dominicana, Ecuador, Guatemala, Haiti, Índia, Jamaica, Laos, México, Nigéria, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela⁴⁹. Desta lista de 20 países, oito estão localizados na região da América Central e do Caribe.

No Caribe, o Haiti e a Jamaica são os países que oferecem maiores riscos em termos de ilícitos. Todas as ilhas, sem exceção, servem como ponto de distribuição de droga para os Estados Unidos e para a Europa; algumas ilhas têm, inclusive, atividades ilegais locais, como a produção de maconha ou a lavagem de dinheiro. O fato da região central das Américas ser tão heterogênea dificulta a sua governança e contribui para o aumento da criminalidade e da violência. As agências de cooperação internacional têm assimilado a questão da governança como prioridade de ação na região.

A fraca institucionalidade além de não combater a corrupção e as negociações ilícitas, permite o aumento da criminalidade e de tensão social. A América Central tem um histórico de conflitos, golpes, ditaduras e guerras civis, portanto a construção

⁴⁸ BADIE, Bertrand. **Curso Espace Mondiale**. Aula ministrada em vídeo-conferencia na UNB entre julho de 2006 e março de 2007.

⁴⁹ AGENCIA PARA A NARCOTICOS INTERNACIONAIS E APLICACAO DA LEI. **Relatório de Estratégia de Controle de Narcóticos Internacionais -Volume 1: Controle de Droga e de Químicos**. Departamento de Estado Americano. Março 2007.

da paz é uma questão-chave para a região. A incompetência dos governos locais em lidar com a resolução dos conflitos, especialmente no período pós-guerra, fomentou a revolta e gerou uma nova onda de violência na região⁵⁰. A criminalidade e a impunidade aumentaram e desestimulam o investimento na região. A governança é essencial para o processo de integração e união econômica e monetária a qual os países das duas regiões fomentam.

5. Cooperacao internacional e a política externa para a América Central e Caribe

5.1. Formas de apoio externo

Existem varias formas de contribuição ao desenvolvimento como assistência e cooperação, a diferença está nas atividades a serem realizadas e nos contextos nos quais elas se inserem. O que a Comunidade Européia define como assistência exterior é o apoio a países de renda-média. O termo cooperação é utilizado para apoio aos países de baixa-renda e para a atuação internacional em prol de objetivos específicos como o da pobreza extrema. Entretanto, a ONU já possui ações de assistência humanitária que são executadas em momentos de crise e predominantemente em países de baixa-renda. Portanto, pode-se dizer que há um sobreposição entre as duas iniciativas, talvez haja uma convergência de objetivos orientada pelos Objetivos do Milênio. A linha que separa o que é assistência do que se entende por cooperação internacional é muito tênue e varia de acordo com as estratégias e práticas internacionais de cada país. Assim pode-se compreender que a terminologia cooperação internacional engloba as duas praticas de atuação internacional em prol de objetivos mundiais comuns.

A cooperação internacional também é viabilizada por parcerias, tanto entre países como entre instituições, tais parcerias podem ser unilaterais, bilaterais, multilaterais e público-privadas. As agências especializadas dos organismos internacionais atuam em conjunto com governos, ONGs, empresas privadas (em menor grau), instituições de pesquisas e fundos para o desenvolvimento (FIDA, BIRD). A natureza da cooperação é descentralizada e opera em diferente contextos, assim, as agências de cooperação otimizam suas atuações buscando a melhor estratégia e parceria para a questão específica a ser trabalhada.

⁵⁰ BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes**. Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Paises Bajos. Abril 2005.

5.2. Relações internacionais e cooperação internacional

5.2.1. Comunidade e União Européia

No âmbito da cooperação internacional direta, a Europa financia projetos que acompanhem a linha de orientação da Comissão; os tópicos compreendidos são prioritários para o desenvolvimento. De áreas-chave identificadas pela Europa partem orientações mais específicas para o desenvolvimento de cada região. Periodicamente, a Europa lança um programa-quadro com os tipos de projetos a serem financiados pela Comissão. O Programa Quadro 7, lançado em 2007 se estenderá até o ano 2013⁵¹ e tem a finalidade de apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento.

A União Européia estipulou o repasse anual mínimo de cerca de 7.500 milhões de Euros, para a assistência exterior. Já no âmbito da cooperação, a Europa destina em média, cerca de \$ 450 milhões de Euros⁵². A distribuição dos fundos é orientada por previsões econômicas e são acordadas pelos chefes-de-Estado. A ajuda financeira da UE é distribuída via a Comissão e suas respectivas agências de fomento ao desenvolvimento, como a EuropeAid e a Direção Geral de Desenvolvimento que gere os fundos para os países ACP; África, Caribe e Pacífico. A programação da assistência comunitária é de responsabilidade da Direção Geral de Relações Exteriores, cuja orientação é mais política o que a permite analisar melhor os diferentes cenários.

A cooperação européia ao desenvolvimento se tornou uma política comum em 1993, com a assinatura do Tratado de Maastricht⁵³. Foram então definidos quatro grandes objetivos da política européia de cooperação, estes são:

1. Estimular o desenvolvimento político, econômico e social de uma forma sustentável;
2. Facilitar a integração dos países em desenvolvimento na economia mundial;
3. Reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento;
4. Consolidar a democracia, o Estado de Direito, o respeito aos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais⁵⁴.

⁵¹ B.BICE. **O que é o 7 Programa-Quadro (PF7)?** <http://www.bbice.cgee.org.br/fp7/> Acessado em 15 de Dezembro de 2007.

⁵² GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁵³ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

A Comissão viabiliza os fundos da Comunidade Européia, no entanto, os países-membros da União também contribuem individualmente com o desenvolvimento de muitos países. Desta forma, pode-se dizer que os países europeus contribuem com o desenvolvimento de duas maneiras. O que impressiona é que nas duas formas de contribuição externa, os países europeus são os que mais contribuem com o desenvolvimento a nível mundial. Em 2003, a Comunidade Européia e os países-membros contribuíram com cerca de \$30 bilhões de Euros à AOD⁵⁵. Todos os Chefes de Estado dos países-membros da União Européia se comprometeram com os objetivos da AOD/ONU (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento)⁵⁶. No mesmo ano foi adotado pela Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu o “Consenso Europeu para o Desenvolvimento”⁵⁷, colocando os Objetivos do Milênio no centro das políticas e estratégias para os países em desenvolvimento.

Algumas das maiores contribuições individuais ao desenvolvimento estão discriminadas a seguir:

Tabela 3. Contribuições individuais à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

País	Ano	AOD ⁵⁸
França	2006	\$ 12 bi USD
Reino Unido	2005	\$ 10.7 bi USD
Japão	2007	\$ 7.5 bi USD
Estados Unidos	1997	\$ 6.9 bi USD
Alemanha	1998	\$ 5.6 bi USD
Holanda	2003	\$ 4 bi USD

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da CIA World Factbook

A União Européia também tem uma forte participação na orientação das

⁵⁴ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁵⁵ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁵⁶ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁵⁷ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁵⁸ AOD significa Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

estratégias e agendas para o desenvolvimento, esteve presente na elaboração de instrumentos importantes do Sistema das Nações Unidas; como por exemplo o protocolo de Kioto em 1997 e o IPCC, dez anos depois⁵⁹. Sua participação em conferências como a de Johannesburgo e Monterrey, ambas em 2002, ajudaram a legitimar as estratégias nelas fomentadas. Nesta arena pode-se mencionar a atuação da Europa no fomento à Declaração de Paris de 2005 sobre a efetividade da cooperação internacional.

A Comunidade Européia tem ganhado espaço na atuação internacional. Em relação à Região da América Central e do Caribe em especial, a Europa se faz, atualmente, muito presente, basicamente por causa de dois fatores importantes. O primeiro é o fato de que a Comunidade Européia é um dos maiores doadores internacionais para o desenvolvimento o outro é que a Comunidade tem sido empoderada economicamente *vis-à-vis* à tradicional potencial mundial; uma gradual superação da economia americana pela européia abre as portas para a cooperação. Os países da América Central e do Caribe, assim como o mundo, têm evidenciado o impulso europeu.

Assim, após a positiva experiência com a Europa por causa das parcerias EU-ACP (não as APEs), várias instituições regionais passaram a não somente promover ações conjuntas de cooperação ao desenvolvimento como fomentar formas de intensificar tal cooperação. Foram então criados grupos de planejamento estratégico para reforçar a cooperação com a Europa. A Universidade de Guadalajara (México), por exemplo, criou cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados baseados na identificação de estratégias para fomentar a parceria com a Europa⁶⁰. Na região do Caribe, também foram formados grupos de reforço à parceria com a Europa. Uma plataforma, conhecida como ACPAGL foi criada para reforçar o papel das coletividades locais na formulação, implementação e acompanhamento das estratégias e programas nas bases do acordo de Cotonou⁶¹. A plataforma trabalha para aumentar a sincronia entre as coletividades locais e a Comunidade Européia baseando-se nas

⁵⁹ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁶⁰ UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA. **Maestría en Relaciones Económicas Internacionales y Cooperación. (Con énfasis en América Latina y la Unión Europea)** Ofertas Acadêmicas: Maestrias. http://www.udg.mx/posgrados/maestrias_udg.php Acessado em Novembro de 2007.

⁶¹ ECDPM. **The Cotonou Infokit**. http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Navigation.nsf/index2?readform&http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Content.nsf/7732def81ddd7ac1256c240034fe65/a6001a8c37b47429c1256c7f0052a33e Acessado em 22 de Fevereiro de 2008.

seguintes estratégias⁶²:

1. Representação;
2. Gestão do conhecimento e formação de redes;
3. Reforço das capacidades locais.

5.2.2. ONU e Estados Unidos

A organização das Nações Unidas tem legitimidade e na maioria das vezes, imparcialidade. Tem a capacidade de disponibilizar forças-tarefas e atuar em momentos de crise, oferecendo assistência humanitária. A ONU opera ativamente via agências especializadas em áreas-chave para a manutenção da paz. No entanto, a atuação da ONU tem sido criticada pela interferência de políticas externas nacionais na definição de suas orientações institucionais. A interdependência mundial é fato; a ONU representa o fórum mundial de discussão sobre questões que afetam a governança global. Assim, sua existência é necessária e legítima. A organização tem buscado se inovar e demonstrar uma maior transparência.

O poder de capilaridade que a ONU possui com suas agências especializadas pelo mundo, assegura a observação internacional nas áreas mais remotas. Muitas ONGs trabalham pelo mundo, no entanto nenhuma delas tem o poder de informação e a legitimidade que a ONU tem. Uma das novas orientações da ONU, conhecida como “Delivering as One” fomenta uma maior sincronia entre as agências de desenvolvimento e viabiliza uma maior coerência programática; a conseqüente desfragmentação das operações deve aumentar a efetividade das operações de campo⁶³. Outra inovação importante é a gradual convergência de atividades e operações entre agências dentro e fora do Sistema ONU no intuito de alcançar mais rapidamente objetivos de legitimidade mundial.

Depois da Guerra Fria, a política externa Americana passou a ter uma orientação gradativamente financeira, motivadas por políticas de governo, muitas negociações americanas tiveram sérias conseqüências no longo-prazo, como se constata hoje pelo exemplo da interação Estados Unidos-Afeganistão. No Caribe, os Estados Unidos, detentor de alguns territórios, se fazia mais presente em algumas ilhas do que os distantes países que as tutelavam. Para a região em questão, os

⁶² ACPAGL. **Au Sujet de ACPAGL**. http://fr.acplgp.net/about_acplgp Acessado em 20 de dezembro de 2007.

⁶³ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

Estados Unidos tinham uma estratégia anti-comunista dada a resistência de Cuba ao sistema capitalista em voga nos anos 80-90. Os americanos se movimentavam na região quando possível e pela oferta de incentivos financeiros, assegurando a manutenção do capitalismo.

A estratégia dos Estados Unidos, antes do ataque às torres gêmeas pode ser definida pela declaração da Conferência de Bridgetown (1997) que compreendia o comércio e o desenvolvimento econômico como premissas para a prosperidade da região⁶⁴. A relação da América Central e do Caribe com os Estados Unidos sempre foi turbulenta, com os Estados Unidos manipulando os países de acordo com suas estratégias político-econômicas.

Entretanto, o ataque terrorista às torres do World Trade Centre em Nova York, em onze de Setembro de 2001, forçou uma mudança de paradigma a nível mundial. Em especial, houve uma reorientação estratégica dos Estados Unidos em relação ao mundo. A política externa americana passou a assimilar o iminente e a observar melhor as suas fronteiras. A percepção por parte dos americanos de que a baixa governança na região da América Central e do Caribe corrobora com as organizações do submundo, tasi como as terroristas, forçou o estado em questão a contribuir mais com o desenvolvimento e a governança mundial. As ONGs americanas também trabalham muito com o desenvolvimento social na América Central e no Caribe, especialmente em questões como Direitos Humanos, pobreza e meio-ambiente.

5.2.3. ONGS e OIs

Um estudo financiado pela Agência Europeia de Cooperação EuropeAid em 2006 apontou para as principais qualidades das organizações internacionais, estas são⁶⁵:

1. Habilidade das organizações internacionais em mobilizar *experts* e redirecionar assistência às questões globais mais recentes;
2. O potencial das OI em difundir agendas internacionais e alinhar a cooperação internacional com estratégias nacionais se desenvolvimento;

⁶⁴ PRIME MINISTER'S RESIDENCE BARBADOS. **Press Conference with President Clinton and the Caribbean Leaders.** May 10, 1997. <http://clinton4.nara.gov/WH/New/LAT/1997051220571.html>. Acessado em 17 de dezembro de 2007.

⁶⁵ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU.** United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

3. A ênfase dada pelas OIs na capacitação e em uma agenda de políticas públicas;
4. Facilidade das grandes organizações internacionais de trabalharem com agências especializadas.

Algumas organizações que têm uma forte atuação na cooperação internacional são: ECLAC, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, FIDA. As ONGs também têm uma forte atuação a nível mundial, mesmo que baseadas em uma estratégia mais apelativa, suas ações e idéias são amplamente difundidas e têm um impacto positivo na opinião pública; pode-se tomar como exemplo as ações da WWF em proteção aos ursos pandas e da Greenpeace contra a caça às Baleias no Japão. Além das ONGs mencionadas, existem inúmeras outras ONGS que atuam na América Central e no Caribe em temas de mais impacto no bem-estar das populações locais, estas são normalmente as ONGs que trabalham com crianças ou com questões de saúde; pode-se mencionar nestes o trabalho da CARE e da Fondation Damiens.

As organizações locais também tem um papel importante na identificação e acompanhamento das atividade internacionais. Pode-se mencionar o trabalho em rede das organizações de ciência e tecnologia na região do Caribe. De âmbito internacional, existem a TWAS, o Conselho Internacional para a Ciencia (CIUS) e a Fundacao Internacional para a Ciencia. De âmbito local, pode-se apontar para três organizações: O Conselho Caribenho de Ciência e Tecnologia, a Academia de Ciencias do Caribe e CARSCIENCE; o programa da UNESCO/UWI para o desenvolvimento da ciência na região.

5.3. Bases legais das atividades de cooperação

5.3.1. Legitimidade das ações de cooperação

As ações de cooperação internacional vêm ganhando legitimidade por causa da crescente interdependência mundial em relação ao desenvolvimento. De um cenário de direito de coexistência onde os estados não podiam intervir nos assuntos de outros estados passou-se à compreensão do “idealismo Wilsoniano” concretizado pela criação da Liga das Nações e posterior Organização das Nações Unidas; instituições

baseadas na cooperação internacional⁶⁶. Apesar de momentos de fraqueza institucional, a ONU se faz legítima pela necessidade de sua existência, assim como são legítimas todas as outras agências de cooperação internacional privadas ou não. A cooperação passou a ser normatizada e desde então, acordos, declarações e tratados factualizam as vontades políticas de estados soberanos.

De acordo com David Mitrany, “todo quadro institucional definido a priori deve ser rejeitado, deve-se identificar as necessidade humanas de ordem social ou técnica, em seguida ver quais são as partes implicadas e reuni-las para permitir-lhes cooperar.”⁶⁷ Mitrany aposta que “a cooperação iniciada em um domínio técnico preciso...se estenderá a domínios adjacentes e necessitará de instrumentos de coordenação que assumirão funções de coordenação política.”⁶⁸ A cooperação internacional, assim como suas instituições, são legítimas pela necessidade da conquista de níveis de desenvolvimento compatíveis com a sustentabilidade mundial dada a crescente interdependência global.

5.3.2. Instrumentos internacionais

As bases legais para a atuação da Comissão Européia para as regiões em análise estão nos acordos de Cotonou, em vigor desde 2003, que alinham os membros da comunidade européia com 78 países nas regiões da África, Caribe e Pacífico⁶⁹. A assembléia prioritária UE-ACP é o principal fórum de discussão e debate sobre a distribuição dos fundos e questões relativas aos acordos Cotonou, os fundos são disponibilizados via o Fundo Europeu para o Desenvolvimento, de acordo com deliberações da Comissão. A primeira associação entre os estados ACP e a Comunidade Européia, na época, Comunidade Econômica Européia foi definida pelos acordos de Yaoundé I (1963-69) e Yaoundé II (1969-75).

⁶⁶ SMOUTS, Marie-Claire. **A Cooperação Internacional: da coexistência à governança mundial.** Material didático apresentado em aula na UnB, ministrada por Ana Flavia Barros-Platieu para a Especialização em Relações Internacionais, turma de 2007.

⁶⁷ SMOUTS, Marie-Claire. **A Cooperação Internacional: da coexistência à governança mundial.** Material didático apresentado em aula na UnB, ministrada por Ana Flavia Barros-Platieu para a Especialização em Relações Internacionais, turma de 2007.

⁶⁸ SMOUTS, Marie-Claire. **A Cooperação Internacional: da coexistência à governança mundial.** Material didático apresentado em aula na UnB, ministrada por Ana Flavia Barros-Platieu para a Especialização em Relações Internacionais, turma de 2007.

⁶⁹ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guía Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006.** CEFICALE.ORG.

Com a entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Européia em 1973, os acordos em questão evoluíram para o Lomé I⁷⁰, responsável pela criação do grupo ACP. O acordo de Georgetown possibilitou a expansão do grupo para assimilar outros países da região do Caribe que compreendiam a potencialidade de uma associação com a recente Comunidade Européia. Houveram sucessivos acordos Lomé, de I a IV, que em sua época representavam a maior mobilização de cooperação norte-sul a nível mundial.

Em 1984, se deu início o diálogo de San José entre a Europa e os países da América Central. Em 1985, se firmou o acordo de cooperação CE-América Central⁷¹. A entrada de Portugal e da Espanha na Comunidade em 1986⁷² viabilizou a expansão do grupo ACP aos estados da América Latina, o instrumento utilizado para legalizar tal cooperação é o Regulamento PVD-ALA que corresponde a Países em Vias de Desenvolvimento da Ásia e América Latina. Em 1990, a quarta convenção de Lomé assimilou o Haiti e a República Dominicana ao grupo ACP⁷³.

A demanda pela participação nas convenções era tamanha que a Europa teve que reavaliar as estruturas dos acordos de Lomé, por um processo conhecido como “Green Paper”⁷⁴ que em 1996, modificou as características da atuação internacional européia. A comunidade passou de subsidiadora do desenvolvimento a fomentadora de ações de cooperação internacional dentro de um novo cenário; com o início das rodadas de negociações e uma maior conscientização da interdependência mundial. Em 1999, foi lançada a Associação estratégica UE e América Latina e Caribe e em 2000 foram assinados os Acordos de Cotonou. Quatro anos depois, se iniciaram as negociações dos Acordos de Associação Econômica com o Caribe⁷⁵. Em 2004, a

⁷⁰ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁷¹ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁷² GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁷³ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁷⁴ ECDPM. The Cotonou Infokit.

http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Navigation.nsf/index2?readform&http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Content.nsf/7732def81ddd7ac1256c240034fe65/a6001a8c37b47429c1256c7f0052a33e

⁷⁵ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

Convenção de Guadalajara (México),⁷⁶ entre os países da América Latina e Caribe–União Europeia teve um papel importante na reorientação da parceria entre as Américas e a Europa; muitas ações no âmbito da parceria foram fomentadas e executadas. A partir de Guadalajara, os laços entre as Américas, o Caribe e a Europa ficaram mais fortes.

5.3.3. Instrumentos regionais

Paralelas às negociações que definiram e reformularam o grupo de países ACP ao longo dos anos, alguns acordos regionais importantes devem ser mencionados. O acordo da Baía de Dickenson (1965) estabeleceu a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA); o de Chaguaramas, em julho de 1973, estabeleceu a Comunidade do Caribe (CARICOM)⁷⁷. Em 1992 foi criado o CARIFORUM, fórum de diálogo político dos países caribenhos⁷⁸. A Associação dos Estados do Caribe (AEC) foi criada em 24 de julho de 1994 pelo Tratado de Cartagena de Indias, na Colômbia⁷⁹. O Acordo de Bridgetown produzido na Cúpula Estados Unidos-Caribe no ano de 1997 em Barbados, já mencionado, reconheceu os laços entre comércio, desenvolvimento econômico, segurança e prosperidade na região⁸⁰.

A Declaração do Panamá, em 29 de julho de 2005, teve um papel importante no fortalecimento da Associação dos Estados do Caribe (AEC), nela, os chefes-de-estado dos países membros da associação reafirmaram seu compromisso com o grupo e com o desenvolvimento sustentável do Caribe. No Panamá, os membros da AEC se comprometeram a fortalecer as relações com a Europa, com o sistema multilateral e em especial, com as Nações Unidas; assim como a contribuir com as reformas necessárias para que suas agências continuem a apoiar o desenvolvimento.

5.3.4. Orientações internacionais

⁷⁶ III CUMBRE AMERICA LATINA Y EL CARIBE – UNION EUROPEA. **Declaracion de Guadalajara.** http://ec.europa.eu/world/lac/docs/guadal/decl_polit_final_pt.pdf Guadalajara, mayo de 2004. Acessado em 19 de dezembro de 2007.

⁷⁷ CARICOM Official Site. **Community.** http://www.caricom.org/jsp/community/community_index.jsp?menu=community Acessado em 19 de dezembro de 2007.

⁷⁸ ACS Official Site. **About.** <http://www.acs-aec.org/about.htm> Acessado em 19 de dezembro de 2007.

⁷⁹ ACS Official Site. **About.** <http://www.acs-aec.org/about.htm> Acessado em 19 de dezembro de 2007.

⁸⁰ GRANT, Cedric. **U.S.-Caribbean Relations.** In Focus, Foreign Policy. Volume 5 number 19. July 2000.

A necessidade de se combater questões chave para a sustentabilidade como temas ligados ao meio-ambiente ou sociais, como o de igualdade de gênero e Direitos Humanos também legitima as ações de cooperação internacional. Alguns destes temas se tornam medidas legais e enquadram as atividades de cooperação. De acordo com o guia sobre a cooperação europeia – América Latina existem mais de trinta bases legais que habilitam a Comissão Europeia a executar ações de assistência ou cooperação no exterior em nome da União Europeia⁸¹. Esta fundamentação também vale para as Nações Unidas e pode ser utilizada como fundo de intervenções em países soberanos. A cooperação internacional perde legitimidade quando as bases legais internacionais servem como instrumento de política externa, como caso da intervenção no Iraque em 2001. A “indicada” posse de armas químicas e biológicas serviu como desculpa para as missões iniciais em solo Iraquiano.

Os tratados específicos legitimam a cooperação técnica, no entanto, somente poderá haver cobranças, se necessário, sobre os países signatários. Os tratados ou acordos específicos são importantes instrumentos de normatização que representam as tendências em voga na data de sua assinatura. Tais tratados geralmente reúnem grupos de atores internacionais, estatais e não-estatais em torno de um dilema internacional. Pode-se ter como exemplo, em especial para a região da América Central e Caribe, a declaração de Hyogo em 2005, que reconhece a mitigação dos riscos de desastres naturais como um importante elemento para o desenvolvimento sustentável.

Os planos de ação (agenciais) também servem como bases legais para as atuações das agências de cooperação; as reuniões de alto nível resultam em orientações aceitas por um grupo representativo de atores estatais e internacionais assegurando às conclusões de tais encontros o peso de um instrumento de cooperação internacionalmente reconhecido. Há vários exemplos de declarações decorrentes de reuniões de cúpulas, ministeriais ou intergovernamentais. De acordo com Smouts, “as organizações modificam a maneira pela qual os atores definem seus interesses e o funcionamento mesmo do mercado.” Assim, pode-se dizer que as orientações estabelecidas pelas agências internacionais moldam a opinião pública de acordo com as tendências percebidas, pode-se dizer que os atores das agências internacionais são adequadamente capacitados para proceder com uma análise correta. Na medida em

⁸¹ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guía Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

que se percebe que alguma instituição não está sendo capaz de concluir suas tarefas, estará fadada ao fracasso ou à reestruturação. A opinião pública, goza de uma maior capacidade de análise, dada a atual velocidade da informação.

6. Temas de prioridade para a cooperação internacional na América Central e no Caribe

Pode-se observar o desenvolvimento como um ciclo de questões interligadas e interdependentes. Ao se fomentar o transporte, se beneficia o comércio que por sua vez aporta um rendimento maior que possibilita a aquisição de bens necessários para o bem-estar de uma população, como para a alimentação. O investimento no comércio, por sua vez, também beneficia o desenvolvimento tecnológico que propicia a produtividade e por conseqüência um fluxo comercial mais lucrativo, viabilizando um superávit comercial que possibilita um maior investimento nos serviços e bens públicos. Existe certa lógica na identificação das prioridades para o desenvolvimento e os atores internacionais estatais e não-estatais chegaram a um consenso, o qual é apresentado a seguir.

6.1. Objetivos do milênio

Os Objetivos do Milênio, apresentados no ano 2000, são os seguintes⁸²:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Viabilizar a educação primária universal;
3. Promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, Malária e outras doenças;
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Estes oito objetivos foram idealizados para alcançar o desenvolvimento sustentável mundial, no entanto, esta orientação foi inicialmente elaborada para tratar das necessidades dos países de baixa-renda. Atualmente toda cooperação internacional está alinhada com estes objetivos; todos eles viabilizam o

⁸² UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

desenvolvimento sustentável dos países de média-renda também. No entanto, as necessidades de cada região são diferentes, portanto, os objetivos para a América Central e o Caribe devem ser distribuídos em uma ordem de fatores diferente.

Para maximizar o impacto das medidas do milênio, a Comunidade Européia, financiou um estudo sobre os principais indicadores dos Objetivos do Milênio, com a análise em mãos, decidiu centralizar suas ações de cooperação em sete áreas-chave para o desenvolvimento⁸³. Apesar das agências internacionais estarem atualmente trabalhando mais no continente africano, este trabalho propõe a assimilação da estratégia européia no âmbito da América Central e do Caribe. A orientação proposta pela Comunidade européia é identificada neste trabalho como uma ordem mais interessante para as regiões em análise do que a ordem inicial dos Objetivos do Milênio.

6.2 Maximização do impacto dos Objetivos do Milênio na América Central e no Caribe

6.2.1 Relação entre comércio e desenvolvimento

Uma das preocupações em voga é a inclusão dos países de menor porte e menos capacidade comercial nas negociações internacionais. Em 2002, a Comunidade Européia adotou a conclusão de um estudo financiado pela Comissão sobre Comércio e Desenvolvimento, a partir de então, muitas ações foram fomentadas e executadas com o objetivo de garantir que os países mais vulneráveis obtenham benefícios com a participação no sistema mundial de comércio⁸⁴. Um dos objetivos da Comissão Européia é fomentar a coerência entre as novas regras comerciais e as políticas de desenvolvimento.

Apesar das relações com os Estados Unidos serem predominantemente comerciais, algumas atuações americanas mais tardias devem ser destacadas. Em 1999, o Fórum de Comércio e Investimento entre o Caribe e os Estados Unidos resultou em um fundo de \$30 milhões de dólares e um plano de assistência regional de médio-prazo (cinco anos)⁸⁵. O fundo foi disponibilizado pela Agência Americana (internacional) para o Desenvolvimento do Caribe em sua estratégia para a região. O

⁸³ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁸⁴ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁸⁵ GRANT, Cedric. **U.S.-Caribbean Relations**. In Focus, Foreign Policy. Volume 5 number 19. July 2000.

programa teve como objetivo, fortalecer as capacidades institucionais caribenhas para participarem nos processos da OMC e ALCA, assim como programas para uma melhoria no comércio de commodities agrícola, como da banana.

Abaixo estão relacionados alguns projetos e programas na área:

EU - AI-invest: beneficia a pequena e média empresa;

SICA – Cooperación Financiera en el Marco del Fondo Español de Consultoria;

6.2.2. Integração e cooperação regional

O empoderamento das associações e comunidades formadas na América Central (SICA) e no Caribe (AEC e CARICOM) depende de uma legitimização por organizações externas. Tanto a Comunidade Européia quanto os Estados Unidos têm estimulado negociações e intercâmbios no âmbito comunitário. A Europa reconhece a legitimidade dos processos de integração, suas dificuldades e pontos a serem estabelecidos para tornar o processo viável. Os Estados Unidos percebem na integração uma oportunidade para abrir mercados e fomentar novas negociações. No entanto, o processo de integração e necessária cooperação a nível regional precisam ser renovados pontualmente para que não haja retrocessos. Um aspecto positivo é o da experiência européia, que serve como orientação para os atuais processos de integração, mas cada caso é um caso e deve-se identificar as características, potencialidades e fraquezas de cada processo de integração para conseguir levá-lo adiante. Tanto a SICA quanto a CARICOM e a AEC têm trabalhado e fomentado a integração, não apenas a nível comercial, mas também o institucional. Um quarto dos projetos da AEC se refere ao processo de integração⁸⁶.

Projetos e programas na área:

SICA: Programa de Apoyo a la Intregación Regional Centroamericana

SICA: Apoyo al proceso de Integración Centroamericana: Hacia una conciencia regional.

6.2.3. Infra-estrutura, transporte e desenvolvimento tecnológico.

O investimento em infra-estrutura e transporte é primordial para o desenvolvimento; uma malha rodoviária que possibilite o escoamento das exportações

⁸⁶ ACS Official Site. **About.** <http://www.acs-aec.org/about.htm> Acessado em 19 de dezembro de 2007.

reduz o custo das negociações comerciais e assim possibilita uma maior margem de lucro. O investimento no transporte também facilita o ingresso de produtores localizados em áreas remotas aos mercados locais e internacionais. As características geográficas da América Central com suas florestas tropicais, terrenos acidentados, vulnerabilidade a inundações, furacões e terremotos representam investimentos maiores em infra-estrutura.

A região também é muito dependente da infra-estrutura naval, o investimento em portos, se faz, portanto primordial e serve como estímulo para o comércio com o Caribe, o desenvolvimento da região depende de uma estrutura portuária fiável. O investimento em infra-estrutura e transporte é também essencial para melhorar o acesso à saúde, educação, à água e à segurança alimentar.⁸⁷ Por fim, não há possibilidade de inovação sem o investimento necessário no sistema educacional e científico. Um dos eixos da associação estratégica da União Europeia com a América Latina e Caribe é a cooperação científica. O acesso às novas tecnologias é uma condição necessária não suficiente para o aumento da produtividade e conseqüente desenvolvimento.

Projetos e programas na área:

GTZ - URBANET

EU - URB-AL: Difusão, aquisição e aplicação de boas práticas de políticas urbanas.

Banque Mondiale - Collectivité urbaine et locale

EU - @LIS: Aliança para a Sociedade da Informação

SICA: Propuesta para el desarrollo del proyecto de modernización institucional basado en la implementación de servicios de información electrónicos

EU – PRACC: Programa de reconstrução e Reabilitação da América Central (após o furacão Mitch)

6.2.4. Segurança alimentar e desenvolvimento sustentável

Na América Latina, uma grande parcela da população ainda vive nas áreas rurais. A agricultura representa, não somente um setor responsável por cerca de um terço do PIB mundial, como um meio de subsistência para muitas pessoas. Seus produtos representam commodities mundiais e sua ausência representa a fome e a

⁸⁷ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

inanição. O setor da agricultura, mais do que nunca, precisa ser incentivado porque por muitos anos o investimento no setor foi assimilado como não-prioritário. No entanto, a crescente escassez a nível de recursos valorizou a produção agrícola e a partir desta década, de acordo com o Banco Mundial (2007)⁸⁸, a agricultura tornou-se um setor chave para o desenvolvimento.

Os programas de cooperação internacional para o setor têm buscado aumentar a segurança alimentar e fomentado melhores práticas de produção e comercialização. Em Honduras, um programa de uma parceria da ONU com a CE estimulou a diversificação da produção de grãos no intuito de inovar a produção local; em 2005, o programa beneficiou mais de 400 famílias e 47 comunidades⁸⁹. O programa também estimulou as capacidades comerciais e empreendedoras das famílias produtoras. Projetos de cooperação técnica para fomentar a agricultura têm encontrado voz nos programas de desenvolvimento rural sustentável, que assimilam as premissas econômicas, sociais e ambientais à produção agrícola.

O DRS⁹⁰ tem sido muito fomentado na América Central e no Caribe, pode-se apontar para a experiência Mexicana com o tema. O México surpreendeu o mundo ao incorporar à sua legislação normas que conferem mais direitos ao meio rural; o país tem fomentado o desenvolvimento rural e territorial de uma forma exitosa. Uma potencialidade identificada e atualmente fomentada como técnica de desenvolvimento rural sustentável é o investimento e a valorização do turismo sustentável; prática muito utilizada desde 2005 nos países da América Central e do Caribe. O turismo sustentável também representa uma das quatro áreas temáticas de atuação da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

Projetos e programas na área:

PAM: Programa Alimentário Mundial

SICA - Programa Regional de Seguridad Alimentaria y Nutricional para
Centroamérica

IICA DRS: turismo sustentável

AEC: Turismo Sustentável

⁸⁸ WORLD BANK. **World Development Report 2008: Agriculture for Development**. World Bank Publications 2007.

⁸⁹ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁹⁰ DRS significa desenvolvimento rural sustentável.

6.2.5. Construção institucional: governança, cidadania e inclusão

Governança é uma dos temas fundamentais dos acordos de Cotonou tem sido o carro-chave da parceria EC-ACP desde os anos 90, no entanto, a sua implementação ainda representa um desafio⁹¹. A Comissão Europeia declarou em 2006 que “a redução da pobreza e os objetivos do milênio não serão alcançados sem o progresso econômico, social, ambiental e na governança.”⁹² As prioridades da cooperação internacional para fomentar a governança nas regiões da América Central e do Caribe, são: o acompanhamento de processos de democratização, fortalecimento institucional, o empoderamento da sociedade civil, a promoção da cidadania e dos Direitos Humanos e a promoção da igualdade de gênero.

O processo de descentralização e a promoção da gestão participativa são atualmente assimilados como cruciais à elaboração de políticas públicas que assegurem a manutenção da ordem. A inclusão de atores não estatais no processo decisório estimula o consenso e um maior comprometimento com a implementação das políticas. As agências internacionais têm apoiado a formação de parcerias entre atores e governos locais, inclusive em projetos de assembleias participativas e a criação de espaços e ou fóruns de debate político; elas têm se empenhado em promover os direitos civis e políticos para o desenvolvimento de uma cidadania ativa⁹³.

Em relação à exclusão social, se evidenciou um aumento considerável no número de projetos voltados para a inclusão de minorias desfavorecidas como a indígena e as mulheres. A população indígena na América Central é bastante representativa, especialmente na Guatemala e em Honduras. Já em relação às mulheres, uma das estratégias prioritárias é o acesso delas à tomada de decisões, aos mercados e às organizações sendo que as sociedades centro-americanas e caribenhas são tradicionalmente muito machistas.

Projetos e programas na área:

Commonwealth Local Government Good Practice Scheme

⁹¹ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁹² UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁹³ BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes**. Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Bajos. Abril 2005.

UN-Habitat – Programme de bonnes pratiques et leadership local

EU - Cerca de \$ 700 milhões de Euros foram repassados para programas entre 2000 e 2004 cujo objetivo principal ou entre os principais era o de igualdade de gênero⁹⁴.

6.2.6. Políticas macroeconômicas e acesso igualitário aos serviços sociais

Nesta década, uma dos temas mais discutidos foi o do bem-estar social, a questão sobre a responsabilidade dos governos como provedores de serviços sociais. Alguns países têm fomentado mais a questão social do que outros, isto ocorre atualmente de uma forma marcante na América Latina, palcos de instabilidade política, dado sua relativamente jovem idade democrática. A pobreza, extrema em certos meios, como o rural, regenera o debate sobre o grau de intervenção do estado nas questões sociais. O tradicional debate econômico sobre o “laissez-faire” ou intervir acirra debates políticos. O cenário político atual da América Central e do Caribe não é diferente, a crescente conscientização sobre o social tem modificado a opinião pública e a política. O número de políticas públicas específicas aumentou, assim como a interação dos estados com os institutos de pesquisa e agências especializadas.

De acordo com os Objetivos do Milênio a saúde e a educação são temas a serem fomentados, assim a elaboração de políticas públicas específicas é legítima a nível global. Algumas questões da atualidade, como doenças como AIDS e Malária também são temas de políticas públicas muito trabalhados. A AIDS já representou uma ameaça maior a América Central e ao Caribe; atualmente, o cenário crítico da doença é a África Subsaariana. No entanto, os médicos sabem que pandemias surgem dada à falta de preparo e de controle por parte das autoridades de saúde locais. A AIDS, em especial, surge em momentos de crise, onde há mais miséria e é uma consequência de pouco investimento no sistema de saúde. A doença atingiu o Haiti avassaladoramente em plena crise política, os anos de inabilidade política do governo local resultaram na falta de preparo no combate à doença.

As questões de saúde têm sido trabalhadas pelas agências (na região em análise) com maior ênfase no Haiti e na Jamaica. Uma assistência internacional ONU/EU disponibilizou 792,000 camisinhas para o Plano Nacional de Planejamento Familiar

⁹⁴ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guía Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

da Jamaica⁹⁵. No Haiti, a mesma assistência providenciou o teste da doença para 2.240 mulheres, as constatadas 115 soropositivas receberam apoio e alimentos. No Haiti, mais de 24.000 pessoas receberam assistência de saúde, inclusive em relação à AIDS⁹⁶. A Comunidade Européia doou até o ano de 2006, cerca de \$ 460 milhões de Euros ao Fundo Mundial contra a AIDS, Tuberculose e Malaria⁹⁷, o que correspondia a mais da metade de todos os recursos desembolsados pelo fundo em questão. Em relação à educação, a Europa participou ativamente do programa internacional “Educação para todos” com o objetivo de alcançar a educação primária universal; o programa beneficiou inicialmente a Nicarágua que lançou o primeiro programa setorial para a educação⁹⁸.

Projetos e programas na área:

UWI/CARICOM: Pan Caribbean Partnership against HIV/AIDS (PANCAP)

UN-Habitat - Base de données de bonnes pratiques sur l'amélioration du cadre de vie

EU - ALBAN – programa de bolsas de estudos de alto nível (mestrado e doutorado)

EU - ALFA – América Latina – Formação Acadêmica

EU - EUROsociAL: Contribue com a redução das desigualdades sociais

SICA - Proyecto de Salud y Trabajo en América Central

SICA - Salud y Nutrición en el Desarrollo Humano, dirigidos a la población materno infantil.

7. Situação atual da cooperação internacional para a região da América Central e Caribe

7.1. Convergência de estratégias para o desenvolvimento

7.1.1. ONU e OEA

Uma tendência importante a ser apontada é a crescente convergência de atuações entre os atores internacionais em prol do desenvolvimento. Esta reorientação estratégica é uma oportunidade para concretizar os objetivos

⁹⁵ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁹⁶ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

⁹⁷ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

⁹⁸ GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guia Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006**. CEFICALE.ORG.

identificados como prioritários. O consenso entre os atores institucionais permitiu a elaboração de uma estratégia universal tal como os Objetivos do Milênio, que por sua vez estimulou a interação entre as agências internacionais em consequência da percepção de que ao trabalharem juntos atingiriam seus objetivos comuns de uma forma mais eficaz. A convergência de orientações é fato, assim como a crescente sincronia entre atividades das agências internacionais.

A Organização das Nações Unidas tem sido muito criticada, foi taxada de burocrática e ineficaz, dada sua fraca atuação em alguns momentos importantes do cenário internacional. A ONU precisa de uma renovação, reformas foram fomentadas, no entanto, nenhuma foi concluída; assim, a ONU buscou aumentar sua legitimidade pela capilarização, suas agências específicas, mais eficientes do que a Secretaria-Geral, a Assembléia-Geral e o Conselho Permanente, tiveram um papel crucial na busca por parcerias estratégicas. A ONU atualmente trabalha com a Europa, com a OEA e com ONGs internacionais de uma forma mais sincronizada e participativa. A Organização das Nações Unidas é a maior organização internacional que agora possui aliados-estratégicos para viabilizar o desenvolvimento.

Há uma crescente demanda por uma agenda interinstitucional, em consequência, há uma demanda pela sincronia entre as agências específicas da ONU e da OEA. A tradicional competição entre as duas agências dificulta a interação, no entanto, tal interação é uma orientação de cúpula. As duas instituições se conhecem bem, também no que se refere às fraquezas e potencialidades da cada uma; esta assimilação mútua pode se transformar em uma estratégia de fortalecimento institucional.

7.1.2. ONU e UE

A Comunidade Européia não é uma organização internacional, mas se faz presente pela contribuição financeira e intelectual. A orientação cartesiana das instituições européias é propícia ao desenvolvimento sustentável assim como a experiência dos europeus em áreas no campo de pesquisas e trabalhos com o meio-ambiente, a saúde e Direito Humanos. A parceria entre a ONU e a UE é estratégica porque reúne em prol de objetivos comuns a capacidade da pesquisa analítica com a da execução.

A Comissão Européia contribui com 38% do orçamento da ONU, com mais do que 2/5 das operações de manutenção da paz e com mais de metade das contribuições

individuais não-obrigatorias dos membros da Organização⁹⁹. No ano de 2005, o repasse de mais de \$1 bilhão de Euros para a ONU foi aprovado pela Comunidade Européia para apoiar projetos e programas. Em contrapartida a Comunidade Européia busca nesta parceria manter os padrões já reconhecidos internacionalmente¹⁰⁰. A parceria ONU-UE é orientada pelos objetivos do milênio.

A interação entre os dois grandes atores internacionais já esta sendo consolidada a nível agencial. De acordo com o documento “A parceria entre a ONU e a UE”, tal parceria foi possibilitada por um processo descentralização da atuação da Comissão Européia em termos absolutos e pela revisão do instrumento de financiamento e administração. A conclusão lógica deste ponto é que os atores sejam eles, nacionais, internacionais, estatais ou não, têm experiências diferentes e a correta assimilação das informações e conhecimentos contribui para o fortalecimento das capacidades das instituições parceiras.

8. Conclusões

Houve uma mudança no teor da cooperação internacional. Esta evoluiu gradativamente de operações de assistência humanitária para a proteção de Direitos Humanos. Atualmente, a cooperação internacional representa, além do esforço humanitário, um instrumento de políticas de desenvolvimento sustentável baseado em um consenso mundial. A América Central e o Caribe representam regiões heterogêneas onde estão reunidos, em uma pequena área, quase todos os problemas sócio-econômicos que inibem o crescimento. A fraca institucionalidade, a corrupção, a violência, a incapacidade reguladora, má distribuição de renda, atentados aos direitos essenciais, êxodo populacional, pouca oferta de serviços sociais, a fome, a pobreza e a exclusão são situações quase cotidianas para uma grande parcela da população nas Américas. As regiões em questão assimilam também grandes fluxos desestabilizadores, como os migratórios, os comerciais e os ilícitos.

Além das pressões internas, a América Central e o Caribe, estão sujeitos a todos os tipos e formas de acordos e parcerias dada a sua localização estratégica e potencial de desenvolvimento. Uma gama de países e suas diferentes ideologias tentam

⁹⁹ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

¹⁰⁰ UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU**. United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

exercem alguma influência sobre uma parte central do hemisfério americano. Vários instrumentos são utilizados para fomentar parcerias estratégicas, incluindo a cooperação internacional. Como Smouts menciona, “o multi-lateralismo foi construído pelo alto” e “a longo-prazo os atores compreendem que o comportamento cooperativo é a melhor estratégia possível.”¹⁰¹ Esta é a década do bilateralismo que também é construído pelo alto, no entanto com uma melhor percepção sobre condicionantes mundiais.

As duas regiões buscam a integração como forma de controlar a governança. Com foco na América Central e no Caribe, a integração se faz essencial, pois uma melhor coordenação regional contribuirá para o fortalecimento da governança. Uma maior integração e cooperação a nível regional possibilitará a troca de experiências em fóruns que fomentem o desenvolvimento das regiões em análise. Como colaboradores de tal coordenação proativa, estão as agências internacionais, em uma parceria que busca fortalecer e legitimar as atuações locais. A provisão de serviços públicos de qualidade, melhoria de vida das populações locais, desenvolvimento tecnológico, garantia da segurança alimentar, desenvolvimento das comunidades rurais, investimento na educação, saúde e em pesquisas; são atualmente as prioridades da cooperação internacional para a América Central e o Caribe, no intuito de renovar as iniciativas socioeconômicas e políticas das regiões em questão. Todas elas contribuem para viabilizar o desenvolvimento sustentável da América Central e do Caribe, área uma potencialidade incrível em termos humanos e naturais.

¹⁰¹ SMOUTS, Marie-Claire. **A Cooperação Internacional: da coexistência à governança mundial.** Material didático apresentado em aula na UnB, ministrada por Ana Flávia Barros-Platieu para a Especialização em Relações Internacionais, turma de 2007.

9. REFERÊNCIAS

III CUMBRE AMERICA LATINA Y EL CARIBE – UNION EUROPEA. **Declaracion de Guadalajara.** http://ec.europa.eu/world/lac/docs/guadal/decl_polit_final_pt.pdf Guadalajara, mayo de 2004. Acessado em 19 de dezembro de 2007.

AGÊNCIA PARA A NARCOTICOS INTERNACIONAIS E APLICAÇÃO DA LEI. **Relatório de Estratégia de Controle de Narcóticos Internacionais -Volume 1: Controle de Droga e de Químicos.** Departamento de Estado Americano. Março 2007.

ACPAGL. **Au Sujet de ACPAGL.** http://fr.acplgp.net/about_acplgp Acessado em 20 de dezembro de 2007.

ACS Official Site. **About.** <http://www.acs-aec.org/about.htm> Acessado em 19 de dezembro de 2007.

ACS Official Site. **ACS High-Level Conference on Disaster Reduction.** Haiti, November 14th – 16th 2007. Conference Documents. <http://www.acs-aec.org/disasters.htm> Acessado em 16 de Março de 2008.

BADIE, Bertrand. **Curso Espace Mondiale.** Aula ministrada em vídeo-conferencia na UNB entre julho de 2006 e março de 2007.

B.BICE. **O que é o 7 Programa-Quadro (PF7)?** <http://www.bbice.cgee.org.br/fp7/> Acessado em 15 de Dezembro de 2007.

BIEKART. Kees. **Políticas da las ONGs Europeas para America Latina: Tendências y perspectivas recientes.** Instituto de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Bajos. Abril 2005.

BILATERALS ORG. **EU ACP – APEs.** http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=17 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

BILATERALS ORG. **FTAA.** http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=16 Acessado em 22 de fevereiro de 2008.

BILATERALS.ORG. **US-DR-CAFTA.** http://www.bilaterals.org/rubrique.php3?id_rubrique=13 Acessado em 22 de Fevereiro de 2008.

CARIBBEAN RED CROSS. **Hurricane seasons.** <http://www.caribbeanredcross.org/emergency/hurricane/06.htm> Acessado em 20 de dezembro de 2007.

CARICOM Official Site. **Community.**

http://www.caricom.org/jsp/community/community_index.jsp?menu=community Acessado em 19 de dezembro de 2007.

CIA. **Field Listing: illicit drugs and money laundering activities .** World Factbook.

<Http://www.cia.gov.us>. Acessado em 08 de Março de 2008.

CIA. **Field Listing: population below the poverty line.** World Factbook. <Http://www.cia.gov.us>.

Acessado em 08 de Março de 2008.

COMMONWEALTH SECRETARIAT. **Singapore Declaration of Commonwealth Principles 1971.**

<http://www.thecommonwealth.org/Templates/Internal.asp?NodeID=32987> Acessado em 08 de dezembro de 2007.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Acordo de Livre Comércio EUA-América Central é Assinado.** Programas Internacionais de Informação. 28 de Maio de 2004.

<http://livrecomercio.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=622> Acessado em 15 de fevereiro de 2008.

ECDPM. **The Cotonou Infokit.**

http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Navigation.nsf/index2?readform&http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Content.nsf/7732def81ddd7ac1256c240034fe65/a6001a8c37b47429c1256c7f0052a33e Acessado em 22 de Fevereiro de 2008.

GIRVAN, Norman. **Towards a Single Development Vision and the Role of the Single Economy.**

University of the West Indies. Approved by the Twenty-Eighth Meeting of the Conference of Heads of Government of the Caribbean Community (CARICOM) Needham's Point, Barbados. 1-4 July, 2007.

GRANT, Cedric. **U.S.-Caribbean Relations.** In Focus, Foreign Policy. Volume 5 number 19. July 2000.

GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol y Villa, Santiago Herrero. **Guía Sobre La Cooperación Unión Europea – América Latina 2006.** CEFICALE.ORG.

JULIAN, Melissa. **Mise à Jour sur les Négociations APE.** Éclairage ECPDM. Decembre 2004.

www.ictsd.org/africodev/analyse/integration/TNI_FR_3-5julian.pdf Acessado em 10 de dezembro de 2007.

MAZZEI, Umberto. **Guatemala: dos meses de CAFTA.** IRCAmericas. <http://www.ircamericas.org/esp/3615>. <http://www.bilaterals.org/> Acessado em 20 de Fevereiro de 2008.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Caribbean Basin Initiative.** http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Panama Free Trade Agreement.** http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **System of Generalized Preferences.** http://www.ustr.gov/World_Regions/Americas/ Acesso em: 24 de Janeiro de 2008.

POCHMANN, Marcio e Fagnani, Eduardo. **Apresentação da Carta Social e do Trabalho.** CESIT UNICAMP. N.4. Maio a Agosto de 2006.

PRIME MINISTER'S RESIDENCE BARBADOS. **Press Conference with President Clinton and the Caribbean Leaders.** May 10, 1997. <http://clinton4.nara.gov/WH/New/LAT/19970512-20571.html> Acessado em 17 de dezembro de 2007.

RAMKISSOON, Harold and Kahwa, Ishenkumba A. **Les Pays de la CARICOM.** Rapport de L'UNESCO sur la science 2006.

SICA. **Estructura Organizativa.** http://www.sica.int/sica/organizacion_int.aspx?IdEnt=401 Acessado em 10 de dezembro de 2007.

SICA. **SICA en Breve.** http://www.sica.int/sica/sica_breve.aspx?IdEnt=401 Acessado em 10 de dezembro de 2007.

SMOUTS, Marie-Claire. **A Cooperação Internacional: da coexistência à governança mundial.** Material didático apresentado em aula na UnB, ministrada por Ana Flavia Barros-Platieu para a Especialização em Relações Internacionais, turma de 2007.

UNITED NATIONS. **The Partnership Between the UN and the EU.** United Nations System in Brussels. Brussels, 2006.

UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA. **Maestría en Relaciones Económicas Internacionales y Cooperación. (Con énfasis en América Latina y la Unión Europea)** Ofertas Acadêmicas: Maestrias. http://www.udg.mx/posgrados/maestrias_udg.php Acessado em Novembro de 2007.

UK OFFICE OF PUBLIC SECTOR INFORMATION. **Explanatory Notes to British Overseas Territories Act.** http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2002/en/ukpgaen_20020008_en_1 Acessado em 15 de Janeiro de 2008.

US DEPARTMENT OF STATE. **Background Note: Netherlands Antilles.** <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/22528.htm> Acessado em 10 de dezembro de 2007.

US DEPARTMENT OF STATE. **Monroe Doctrine 1823.** <http://www.state.gov/r/pa/ho/time/jd/16321.htm> Acessado em 04 de Março de 2008.

WORLD BANK. **World Development Report 2008: Agriculture for Development.** World Bank Publications 2007.

ZAPATA-MARTI, Ricardo. **Economic and Social Cost Estimate of Natural Disasters for Developing Countries.** ACS High-Level Conference on Disaster Reduction. Haiti, November 14th – 16th 2007. Conference Documents. ACS Official Site. http://www.acs-aec.org/Disasters/CANREDES/Documents_EN.htm Acessado em 16 de Março de 2008.

10. Anexos

Anexo A. Lista do World Factbook da CIA: Produção petrolífera (bbl/dia)

Country
Oil - production (bbl/day)
Antigua and Barbuda
0 bbl/day (2005)
Aruba
2,356 bbl/day (2005)
Bahamas, The
0 bbl/day (2005)
Barbados
1,002 bbl/day (2005)
Belize
2,413 bbl/day (2006)
Bermuda
0 bbl/day (2005)
British Virgin Islands
0 bbl/day (2005)
Cayman Islands
0 bbl/day (2005)
Costa Rica
0 bbl/day (2004)
Cuba
50,850 bbl/day (2006 est.)
Dominica
0 bbl/day (2005)
Dominican Republic
12 bbl/day (2004)
El Salvador
0 bbl/day (2005)
European Union
2.876 million bbl/day (2004)
France
73,180 bbl/day (2005 est.)
Grenada
0 bbl/day (2005 est.)
Guatemala
20,100 bbl/day (2006 est.)
Guyana
0 bbl/day (2005 est.)
Haiti
0 bbl/day (2005 est.)
Honduras
0 bbl/day (2005 est.)
Jamaica
0 bbl/day (2005 est.)

Mexico
3.784 million bbl/day (2005 est.)
Montserrat
0 bbl/day (2005 est.)
Netherlands
84,390 bbl/day (2005)
Netherlands Antilles
0 bbl/day (2005 est.)
Nicaragua
0 bbl/day (2005 est.)
Panama
0 bbl/day (2005 est.)
Puerto Rico
1,354 bbl/day (2005 est.)
Russia
9.87 million bbl/day (2007)
Saint Kitts and Nevis
0 bbl/day (2005 est.)
Saint Lucia
0 bbl/day (2005 est.)
Saint Vincent and the Grenadines
0 bbl/day (2005 est.)
Suriname
9,461 bbl/day (2005 est.)
Trinidad and Tobago
120,000 bbl/day (2007 est.)
Turks and Caicos Islands
0 bbl/day (2005 est.)
United Kingdom
1.861 million bbl/day (2005 est.)
United States
8.322 million bbl/day (2005 est.)
Venezuela
2.802 million bbl/day (2006 est.)
Virgin Islands
17,620 bbl/day (2005 est.)
World
78.9 million bbl/day (2005 est.)

11. Fonte: CIA World Factbook. Atualizada em 06-03-08.

12. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>

Anexo B. Lista de Membros do Sistema de Integração Centro-Americana - SICA

Estados Miembros
Belice
Costa Rica
El Salvador
Guatemala
Honduras
Nicarágua
Panamá
Estados Asociados
República Dominicana
Estados Observadores
Reino de España
Estados Unidos Mexicanos
República de China

Fonte: Site Oficial do SICA.

<http://www.sica.org>.

Anexo C. Lista de Membros da Associação dos Estados do Caribe – AEC (ACS)

Member States of the ACS

Antigua and Barbuda
Bahamas
Barbados
Belize
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Dominica
Dominican Republic
El Salvador
Grenada
Guatemala
Guyana
Haiti
Honduras
Jamaica
México
Nicarágua
Panamá
St. Kitts and Nevis
St. Lucia
St. Vincent and the Grenadines
Suriname
Trinidad and Tobago
Venezuela
Associate member states
Aruba
France (on behalf of French Guiana, Guadeloupe, and Martinique)
Netherlands Antilles
Turks and Caicos Islands

Fonte: *Site* Oficial da AEC (ACS)
<http://www.acs-aec.org/index.htm>

Anexo D. Lista de Membros da Comunidade do Caribe – CARICOM

CARICOM Member States

Antigua and Barbuda
The Bahamas
Barbados
Belize
Dominica
Grenada
Guyana
Haiti
Jamaica
Montserrat
Saint Lucia
St. Kitts and Nevis
St. Vincent and the Grenadines
Suriname
Trinidad and Tobago
CARICOM Associate Members
Anguilla – 4 July 1999
Bermuda – 2 July 2003
British Virgin Islands - 2 July 1991
Cayman Islands - 15 May 2002
Turks and Caicos Islands - 2 July 1991
CARICOM Observers
Aruba
Colômbia
Dominican Republic
México
Netherlands Antilles
Puerto Rico (U.S.)
Venezuela

Caribbean Community Institutions:

- * Caribbean Disaster Emergency Response Agency (CDERA)
 - * Caribbean Meteorological Institute (CMI)
 - * Caribbean Meteorological Organisation (CMO)
 - * Caribbean Food Corporation (CFC)
 - * Caribbean Environment Health Institute (CEHI)
- * Caribbean Agriculture Research and Development Institute (CARDI)
- * Caribbean Regional Centre for the Education and training of Animal Health and Veterinary Public Health Assistants (REPAHA)
 - * Assembly of Caribbean Community Parliamentarians (ACCP)
- * Caribbean Centre for Development Administration (CARICAD)
 - * Caribbean Food and Nutrition Institute (CFNI)

- * Caribbean Examinations Council (CXC)
- * CARICOM Single Market and Economy (CSME)
 - * Caribbean Court of Justice (CCJ)
- * CARICOM Competition Commission (CCC)
- * Caribbean Regional Information and Translation Institute (CRITI)

CARICOM Associate Institutions

- * Caribbean Development Bank (CDB)
 - * University of Guyana (UG)
 - * University of the West Indies (UWI)
- * Caribbean Law Institute / Caribbean Law Institute Centre (CLI / CLIC)
 - * Organisation of Eastern Caribbean States (OECS)

**Anexo E. Lista de Membros da Organizacao dos Estados Americanos –
OEA (OAS)**

**OAS Member States
Permanent Missions Directory**

<u>Antigua and Barbuda</u>
<u>Argentina</u>
<u>The Bahamas</u>
<u>Barbados</u>
<u>Belize</u>
<u>Bolivia</u>
<u>Brazil</u>
<u>Canada</u>
<u>Chile</u>
<u>Colombia</u>
<u>Costa Rica</u>
Cuba (*)
<u>Dominica</u>
<u>Dominican Republic</u>
<u>Ecuador</u>
<u>El Salvador</u>
<u>Grenada</u>
<u>Guatemala</u>
<u>Guyana</u>
<u>Haiti</u>
<u>Honduras</u>
<u>Jamaica</u>
<u>Mexico</u>
<u>Nicaragua</u>
<u>Panama</u>
<u>Paraguay</u>
<u>Peru</u>
<u>Saint Kitts and Nevis</u>
<u>Saint Lucia</u>
<u>Saint Vincent and the Grenadines</u>
<u>Suriname</u>
<u>Trinidad and Tobago</u>
<u>United States of America</u>
<u>Uruguay</u>
<u>Venezuela</u>

(*) By resolution of the Eighth Meeting of Consultation of Ministers of Foreign Affairs (1962) the current Government of Cuba is excluded from participation in the OAS

Fonte: Site Oficial da OEA

<http://www.oas.org/documents/eng/memberstates.asp>

**Anexo F. Lista de Membros da Organizacao das Nacoes Unidas – ONU
(UN)**

Pays Membres des la Organization des Nations Unies*

Afghanistan
(19 novembre 1946)
Afrique du Sud
(7 novembre 1945)
Albanie
(14 décembre 1955)
Algérie
(8 octobre 1962)
<u>Allemagne</u>
(18 septembre 1973)
Andorre
(28 juillet 1993)
Angola
(1er décembre 1976)
<u>Antigua-et-Barbuda</u>
<u>(11 novembre 1981)</u>
Arabie saoudite
(24 octobre 1945)
Argentine
(24 octobre 1945)
Arménie
(2 mars 1992)
Australie
(1er novembre 1945)
Autriche
(14 décembre 1955)
Azerbaïdjan
(2 mars 1992)
<u>Bahamas</u>
<u>(18 septembre 1973)</u>
Bahreïn
(21 septembre 1971)
Bangladesh
(17 septembre 1974)
<u>Barbade</u>
<u>(9 décembre 1966)</u>
<u>Bélarus</u>
(24 octobre 1945)
Belgique
(27 décembre 1945)
<u>Belize</u>
<u>(25 septembre 1981)</u>
Bénin
(20 septembre 1960)
Bhoutan
(21 septembre 1971)
Bolivie
(14 novembre 1945)
<u>Bosnie-Herzégovine</u>
(22 mai 1992)
Botswana
(17 octobre 1966)

Brésil
(24 octobre 1945)
Brunéi Darussalam
(21 septembre 1984)
Bulgarie
(14 décembre 1955)
Burkina Faso
(20 septembre 1960)
Burundi
(18 septembre 1962)
Cambodge
(14 décembre 1955)
Cameroun
(20 septembre 1960)
Canada
(9 novembre 1945)
Cap-Vert
(16 septembre 1975)
Chili
(24 octobre 1945)
Chine
(24 octobre 1945)
Chypre
(20 septembre 1960)
Colombie
(5 novembre 1945)
Comores
(12 novembre 1975)
Congo
(20 septembre 1960)
Costa Rica
(2 novembre 1945)
Côte d'Ivoire
(20 septembre 1960)
Croatie
(22 mai 1992)
Cuba
(24 octobre 1945)
Danemark
(24 octobre 1945)
Djibouti
(20 septembre 1977)
Dominique
(18 décembre 1978)
Égypte
(24 octobre 1945)
El Salvador
(24 octobre 1945)
Émirats arabes unis
(9 décembre 1971)
Équateur
(21 décembre 1945)
Érythrée
(28 mai 1993)
Espagne
(14 décembre 1955)
Estonie
(17 septembre 1991)

États-Unis d'Amérique
(24 octobre 1945)
Éthiopie
(13 novembre 1945)
Ex-République yougoslave de Macédoine
(8 avril 1993)
Fédération de Russie
(24 octobre 1945)
Fidji
(13 octobre 1970)
Finlande
(14 décembre 1955)
France
(24 octobre 1945)
Gabon
(20 septembre 1960)
Gambie
(21 septembre 1965)
Géorgie
(31 juillet 1992)
Ghana
(8 mars 1957)
Grèce
(25 octobre 1945)
Grenade
(17 septembre 1974)
Guatemala
(21 novembre 1945)
Guinée
(12 décembre 1958)
Guinée-Bissau
(17 septembre 1974)
Guinée équatoriale
(12 novembre 1968)
Guyana
(20 septembre 1966)
Haïti
(24 octobre 1945)
Honduras
(17 décembre 1945)
Hongrie
(14 décembre 1955)
Îles Marshall
(17 septembre 1991)
Îles Salomon
(19 septembre 1978)
Inde
(30 octobre 1945)
Indonésie
(28 septembre 1950)
Iran (République islamique d')
(24 octobre 1945)
Iraq
(21 décembre 1945)
Irlande
(14 décembre 1955)
Islande
(19 novembre 1946)

Israël
(11 mai 1949)
Italie
(14 décembre 1955)
Jamahiriya arabe libyenne
(14 décembre 1955)
Jamaïque
(18 septembre 1962)
Japon
(18 décembre 1956)
Jordanie
(14 décembre 1955)
Kazakhstan
(2 mars 1992)
Kenya
(16 décembre 1963)
Kirghizistan
(2 mars 1992)
Kiribati
(14 septembre 1999)
Koweït
(14 mai 1963)
Lesotho
(17 octobre 1966)
Lettonie
(17 septembre 1991)
Liban
(24 octobre 1945)
Libéria
(2 novembre 1945)
Liechtenstein
(18 septembre 1990)
Lituanie
(17 septembre 1991)
Luxembourg
(24 octobre 1945)
Madagascar
(20 septembre 1960)
Malaisie
(17 septembre 1957)
Malawi
(1er décembre 1964)
Maldives
(21 septembre 1965)
Mali
(28 septembre 1960)
Malte
(1er décembre 1964)
Maroc
(12 novembre 1956)
Maurice
(24 avril 1968)
Mauritanie
(27 octobre 1961)
Mexique
(7 novembre 1945)
Micronésie (Etats fédérés de)
(17 septembre 1991)

Moldova
(2 mars 1992)
Monaco
(28 mai 1993)
Mongolie
(27 octobre 1961)
<u>Monténégro</u>
(28 juin 2006)
Mozambique
(16 septembre 1975)
Myanmar
(19 avril 1948)
Namibie
(23 avril 1990)
Nauru
(14 septembre 1999)
Népal
(14 décembre 1955)
<u>Nicaragua</u>
<u>(24 octobre 1945)</u>
Niger
(20 septembre 1960)
Nigéria
(7 octobre 1960)
Norvège
(27 novembre 1945)
Nouvelle-Zélande
(24 octobre 1945)
Oman
(7 octobre 1971)
Ouganda
(25 octobre 1962)
Ouzbékistan
(2 mars 1992)
Pakistan
(30 septembre 1947)
Palaos
(15 décembre 1994)
<u>Panama</u>
<u>(13 novembre 1945)</u>
Papouasie-Nouvelle-Guinée
(10 octobre 1975)
Paraguay
(24 octobre 1945)
<u>Pays-Bas</u>
<u>(10 décembre 1945)</u>
Pérou
(31 octobre 1945)
Philippines
(24 octobre 1945)
Pologne
(24 octobre 1945)
Portugal
(14 décembre 1955)
Qatar
(21 septembre 1971)
<u>République arabe syrienne</u>
(24 octobre 1945)

République centrafricaine
(20 septembre 1960)
République de Corée
(17 septembre 1991)
République démocratique du Congo
(20 septembre 1960)
République démocratique populaire lao
(14 décembre 1955)
République dominicaine
(24 octobre 1945)
République populaire démocratique de Corée
(17 septembre 1991)
République tchèque
(19 janvier 1993)
République-Unie de Tanzanie
(14 décembre 1961)
Roumanie
(14 décembre 1955)
Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord
(24 octobre 1945)
Rwanda
(18 septembre 1962)
Sainte-Lucie
(18 septembre 1979)
Saint-Kitts-et-Nevis
(23 septembre 1983)
Saint-Marin
(2 mars 1992)
Saint-Vincent-et- les Grenadines
(16 septembre 1980)
Samoa
(15 décembre 1976)
Sao Tomé-et-Principe
(16 septembre 1975)
Sénégal
(28 septembre 1960)
Serbie
(1er novembre 2000)
Seychelles
(21 septembre 1976)
Sierra Leone
(27 septembre 1961)
Singapour
(21 septembre 1965)
Slovaquie
(19 janvier 1993)
Slovénie
(22 mai 1992)
Somalie
(20 septembre 1960)
Soudan
(12 novembre 1956)
Sri Lanka
(14 décembre 1955)
Suède
(19 novembre 1946)
Suisse

(10 Septembre 2002)
Suriname
(4 décembre 1975)
Swaziland
(24 septembre 1968)
Tadjikistan
(2 mars 1992)
Tchad
(20 septembre 1960)
Thaïlande
(16 décembre 1946)
Timor-Leste
(27 septembre 2002)
Togo
(20 septembre 1960)
Tonga
(14 septembre 1999)
Trinité-et-Tobago
(18 septembre 1962)
Tunisie
(12 novembre 1956)
Turkménistan
(2 mars 1992)
Turquie
(24 octobre 1945)
Tuvalu
(5 septembre 2000)
Ukraine
(24 octobre 1945)
Uruguay
(18 décembre 1945)
Vanuatu
(15 septembre 1981)
Venezuela (République bolivarienne du)
(15 novembre 1945)
Viet Nam
(20 septembre 1977)
Yémen
(30 septembre 1947)
Zambie
(1er décembre 1964)
Zimbabwe
(25 août 1980)

Fonte: *Site* oficial da Organizacao das Nacoes Unidas
<http://www.un.org/french/aboutun/etatsmbr.shtml>

Os países em azul representam os países mencionados neste trabalho, todos os membros da ONU foram aqui apresentados para demonstrar o âmbito da organização.

Anexo G. Populacao dos Paises Membros do Commowearth

Population in the Commonwealth member nations

Antigua e Barbuda = 81.000
Bahamas = 319.000
Barbados = 269.000
Belize = 264.000
Dominica = 79.000
Grenada = 102.000
Guyana = 750.000
Jamaica = 2.639.000
St. Kitts e Nevis = 42.000
St. Lucia = 159.000
St. Vincente e Grenadines = 118.000
Trinidad e Tobago = 1.301.000
1.921.974.000 total population

Anexo H. Lista do World Factbook da CIA: drogas ilícitas e lavagem de dinheiro

CIA W.Factbook illicit drugs & money laundering

Anguilla
transshipment point for South American narcotics destined for the US and Europe
Antigua and Barbuda
considered a minor transshipment point for narcotics bound for the US and Europe; more significant as an offshore financial center
Aruba
transit point for US- and Europe-bound narcotics with some accompanying money-laundering activity; relatively high percentage of population consumes cocaine.
Bahamas, The
transshipment point for cocaine and marijuana bound for US and Europe; offshore financial center
Barbados
one of many Caribbean transshipment points for narcotics bound for Europe and the US; offshore financial center.
Belize
transshipment point for cocaine; small-scale illicit producer of cannabis, primarily for local consumption; money-laundering activity related to narcotics trafficking and offshore sector.
British Virgin Islands
transshipment point for South American narcotics destined for the US and Europe; large offshore financial center makes it vulnerable to money laundering.
Cayman Islands
offshore financial center; vulnerable to drug transshipment to the US and Europe.
Costa Rica
transshipment country for cocaine and heroin from South America; illicit production of cannabis in remote areas; domestic cocaine consumption, particularly crack cocaine, is rising; significant consumption of amphetamines.
Cuba
territorial waters and air space serve as transshipment zone for US- and European-bound drugs; established the death penalty for certain drug-related crimes in 1999.
El Salvador
transshipment point for cocaine; small amounts of marijuana produced for local consumption; significant use of cocaine.
France
<i>metropolitan France</i> : transshipment point for South American cocaine, Southwest Asian heroin, and European synthetics
<i>French Guiana</i> : small amount of marijuana grown for local consumption; minor transshipment point to Europe
<i>Martinique</i> : transshipment point for cocaine and marijuana bound for the US and Europe.
Grenada
small-scale cannabis cultivation; lesser transshipment point for marijuana and cocaine to US
Guatemala

major transit country for cocaine and heroin; in 2005, cultivated 100 hectares of opium poppy after reemerging as a potential source of opium in 2004; potential production of less than 1 metric ton of pure heroin; marijuana cultivation for mostly domestic consumption; proximity to Mexico makes Guatemala a major staging area for drugs (particularly for cocaine); money laundering is a serious problem; corruption is a major problem.
Guyana
transshipment point for narcotics from South America - primarily Venezuela - to Europe and the US; producer of cannabis; rising money laundering related to drug trafficking and human smuggling
Haiti
Caribbean transshipment point for cocaine en route to the US and Europe; substantial bulk cash smuggling activity; Colombian narcotics traffickers favor Haiti for illicit financial transactions; pervasive corruption; significant consumer of cannabis
Honduras
transshipment point for drugs and narcotics; illicit producer of cannabis, cultivated on small plots and used principally for local consumption; corruption is a major problem; some money-laundering activity.
Jamaica
transshipment point for cocaine from South America to North America and Europe; illicit cultivation and consumption of cannabis; government has an active manual cannabis eradication program; corruption is a major concern; substantial money-laundering activity; Colombian narcotics traffickers favor Jamaica for illicit financial transactions.
Mexico
major drug-producing nation; cultivation of opium poppy in 2005 amounted to 3,300 hectares yielding a potential production of 8 metric tons of pure heroin, or 17 metric tons of "black tar" heroin, the dominant form of Mexican heroin in the western United States; marijuana cultivation decreased 3% to 5,600 hectares in 2005 - just two years after a decade-high cultivation peak in 2003 - and yielded a potential production of 10,100 metric tons; government conducts the largest independent illicit-crop eradication program in the world; continues as the primary transshipment country for US-bound cocaine from South America, with an estimated 90% of annual cocaine movements towards the US stopping in Mexico; major drug syndicates control majority of drug trafficking throughout the country; producer and distributor of ecstasy; significant money-laundering center; major supplier of heroin and largest foreign supplier of marijuana and methamphetamine to the US market.
Montserrat
transshipment point for South American narcotics destined for the US and Europe.
Netherlands
major European producer of synthetic drugs, including ecstasy, and cannabis cultivator; important gateway for cocaine, heroin, and hashish entering Europe; major source of US-bound ecstasy; large financial sector vulnerable to money laundering; significant consumer of ecstasy.
Netherlands Antilles
transshipment point for South American drugs bound for the US and Europe; money-laundering center
Nicaragua
transshipment point for cocaine destined for the US and transshipment point for arms-

for-drugs dealing.
Panama
major cocaine transshipment point and primary money-laundering center for narcotics revenue; money-laundering activity is especially heavy in the Colon Free Zone; offshore financial center; negligible signs of coca cultivation; monitoring of financial transactions is improving; official corruption remains a major problem.
Saint Kitts and Nevis
transshipment point for South American drugs destined for the US and Europe; some money-laundering activity
Saint Lucia
transit point for South American drugs destined for the US and Europe
Saint Vincent and the Grenadines
transshipment point for South American drugs destined for the US and Europe; small-scale cannabis cultivation.
Suriname
growing transshipment point for South American drugs destined for Europe via the Netherlands and Brazil; transshipment point for arms-for-drugs dealing.
Trinidad and Tobago
transshipment point for South American drugs destined for the US and Europe; producer of cannabis.
Turks and Caicos Islands
transshipment point for South American narcotics destined for the US and Europe.
United Kingdom
producer of limited amounts of synthetic drugs and synthetic precursor chemicals; major consumer of Southwest Asian heroin, Latin American cocaine, and synthetic drugs; money-laundering center
United States
world's largest consumer of cocaine, shipped from Colombia through Mexico and the Caribbean; consumer of ecstasy and of Mexican heroin, marijuana and methamphetamine; minor consumer of high-quality Southeast Asian heroin; illicit producer of cannabis, marijuana, depressants, stimulants, hallucinogens, and methamphetamine; money-laundering center.
Venezuela
small-scale illicit producer of opium and coca for the processing of opiates and coca derivatives; however, large quantities of cocaine, heroin, and marijuana transit the country from Colombia bound for US and Europe; significant narcotics-related money-laundering activity, especially along the border with Colombia and on Margarita Island; active eradication program primarily targeting opium; increasing signs of drug-related activities by Colombian insurgents on border.
World
<i>cocaine</i> : worldwide coca leaf cultivation in 2005 amounted to 208,500 hectares; Colombia produced slightly more than two-thirds of the worldwide crop, followed by Peru and Bolivia; potential pure cocaine production rose to 900 from 645 metric tons in 2005 - partially due to improved methodologies used to calculate levels of production; Colombia conducts aggressive coca eradication campaign, but both Peruvian and Bolivian Governments are hesitant to eradicate coca in key growing areas; 551 metric tons of export-quality cocaine (85% pure) is documented to have been seized or destroyed in 2005; US consumption of export quality cocaine is estimated to have been in excess of 380 metric tons

opiates: worldwide illicit opium poppy cultivation reached 208,500 hectares in 2005; potential opium production of 4,990 metric tons was only a 9% decrease over 2004's highest total recorded since estimates began in mid-1980s; Afghanistan is world's primary opium producer, accounting for 90% of the global supply; Southeast Asia - responsible for 9% of global opium - saw marginal increases in production; Latin America produced 1% of global opium, but most was refined into heroin destined for the US market; if all potential opium was processed into pure heroin, the potential global production would be 577 metric tons of heroin in 2005.

Fonte: CIA World Factbook. Atualizada em 06-03-08.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2086.html>.

Anexo I. Lista do World Factbook da CIA: populacao abaixo da linha da pobreza

Country	Population below poverty line (%)
Anguilla	23% (2002)
Antigua and Barbuda	NA%
Aruba	NA%
Bahamas, The	9.3% (2004)
Barbados	NA%
Belize	33.5% (2002 est.)
Bermuda	19% (2000)
British Virgin Islands	NA%
Cayman Islands	NA%
Costa Rica	18% (2004 est.)
Cuba	NA%
Dominica	30% (2002 est.)
Dominican Republic	42.2% (2004)
El Salvador	30.7% (2006 est.)
Equatorial Guinea	NA%
France	6.2% (2004)
Grenada	32% (2000)
Guatemala	56.2% (2004 est.)
Guyana	NA%
Haiti	80% (2003 est.)
Honduras	50.7% (2004)
Jamaica	14.8% (2003 est.)

Mexico
13.8%
<i>note: food-based poverty. Asset based poverty amounted to more than 40% (2006)</i>
Montserrat
NA%
Netherlands
10.5% (2005)
Netherlands Antilles
NA%
Nicaragua
48% (2005)
Panama
37% (1999 est.)
Puerto Rico
NA%
Saint Kitts and Nevis
NA%
Saint Lucia
NA%
Saint Vincent and the Grenadines
NA%
Suriname
70% (2002 est.)
Trinidad and Tobago
17% (2007 est.)
Turks and Caicos Islands
NA%
United Kingdom
14% (2006 est.)
United States
12% (2004 est.)
Venezuela
37.9% (end 2005 est.)
Virgin Islands
28.9% (2002)

Fonte: CIA World Factbook. Atualizada em 06-03-08.
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>

Anexo J. Lista do World Factbook da CIA: Maiores doadores internacionais

Country
Economic aid - donor
Australia
ODA, \$894 million (FY99/00)
Austria
ODA, \$681 million (2004)
Belgium
ODA, \$1.072 billion (2002)
Canada
ODA, \$3.9 billion (2007)
Denmark
ODA, \$2.13 billion (2005)
Finland
ODA, \$850.5 million (2005)
France
ODA, \$12 billion (2006)
Germany
ODA, \$5.6 billion (1998)
Iceland
\$6.7 million (2004)
Ireland
ODA, \$719 million (2005)
Italy
ODA, \$1 billion (2002 est.)
Japan
ODA, \$7.5 billion (2007)
Korea, South
ODA, \$455.3 million (2006)
Luxembourg
ODA, \$235.6 million (2004)
Netherlands
ODA, \$4 billion (2003 est.)
New Zealand
ODA, \$276 million (2006 est.)
Norway
ODA, \$1.4 billion (1998)
Portugal
ODA, \$271 million (1995)
Saudi Arabia
since 2002, Saudi Arabia has provided more than \$480 million in budgetary support to the Palestinian Authority, supported Palestinian refugees through contributions to the UN Relief and Works Agency (UNRWA), provided more than \$250 million to Arab League funds for the Palestinians, and pledged \$500 million in assistance over the next three years at the Donors Conference in Dec 2007; pledged \$230 million to development in Afghanistan; pledged \$1 billion in export guarantees and soft loans to Iraq;

pledged \$133 million in direct grant aid, \$187 million in concessional loans, and \$153 million in export credits for Pakistan earthquake relief; pledged a total of \$1.59 billion to Lebanon in assistance and deposits to the Central Bank of Lebanon in 2006 and pledged an additional \$1.1 billion in early 2007
Spain
ODA, \$1.33 billion (1999)
Sweden
ODA, \$1.7 billion (1997)
Switzerland
ODA, \$1.1 billion (1995)
United Arab Emirates
since its founding in 1971, the Abu Dhabi Fund for Development has given about \$5.2 billion in aid to 56 countries (2004)
United Kingdom
ODA, \$10.7 billion (2005)
United States
ODA, \$6.9 billion (1997)

Fonte: CIA World Factbook. Atualizada em 06-03-08.
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>

Anexo K. Lista do World Factbook da CIA: países que mais receberam ajuda externa

Country
Economic aid - recipient
Anguilla
\$9 million (2004 est.)
Antigua and Barbuda
\$7.23 million (2005)
Aruba
\$11.3 million (2004)
Bahamas, The
\$4.78 million (2004)
Barbados
\$2.07 million (2005)
Belize
\$12.91 million (2005)
Bermuda
\$90,000 (2004)
British Virgin Islands
\$NA
Cayman Islands
\$390,000 (2004)
Costa Rica
\$29.51 million (2005)
Cuba
\$87.8 million (2005 est.)
Dominica
\$15.17 million (2005 est.)
Dominican Republic
\$76.99 million (2005)
El Salvador
\$267.6 million of which \$55 million from US (2005)
Grenada
\$44.87 million (2005)
Guatemala
\$253.6 million (2005 est.)
Guyana
\$136.8 million (1995), Heavily Indebted Poor Country Initiative (HIPC) \$253 million (1997) (2005)
Haiti
\$515 million (2005 est.)
Honduras
\$680.8 million (2005)
Jamaica
\$35.74 million (2005)
Mexico
\$189.4 million (2005)
Montserrat

Country Policy Plan (2001) is a three-year program for spending \$122.8 million in British budgetary assistance (2002 est.)
Netherlands Antilles
\$21.32 million
<i>note:</i> IMF provided \$61 million in 2000, and the Netherlands continued its support with \$40 million (2004)
Nicaragua
\$471 million (2006 est.)
Panama
\$19.54 million (2005)
Puerto Rico
\$NA
Saint Kitts and Nevis
\$3.52 million (2005)
Saint Lucia
\$11.06 million (2005)
Saint Vincent and the Grenadines
\$4.89 million (1995); note - EU \$34.5 million (2005)
Suriname
\$43.97 million
<i>note:</i> Netherlands provided \$37 million for project and program assistance, European Development Fund \$4 million, Belgium \$2 million (2005)
Trinidad and Tobago
\$200,000 (2007 est.)
Turks and Caicos Islands
\$4.1 million (1997)
Venezuela
\$48.66 million (2005)
Virgin Islands
\$NA
World
ODA, \$106.4 billion (2005)

Fonte: CIA World Factbook. Atualizada em 06-03-08.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>

